

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1996/97: algodão, arroz, feijão, milho, soja

Alfredo Tsunehiro, Alfredo de Almeida Bessa Junior, Arthur Antonio Ghilardi, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira, César Roberto Leite da Silva, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Roberto da Silva, José Sidnei Gonçalves, Malimíria Norico Otani, Maria Célia Martins de Souza, Marina Brasil Rocha, Marisa Zeferino Barbosa, Marli Dias Mascarenhas Oliveira, Nelson Batista Martin, Sílvia Toledo Arruda, Sônia Santana Martins, Valquíria da Silva, Yuly Ivete Miazaki de Toledo¹

1 - INTRODUÇÃO

Após o decréscimo na colheita de grãos verificado em 1996, o Governo tenta estimular o aumento da produção anunciando mais cedo o Plano de Safra, que apresenta aspectos positivos do ponto de vista do agricultor, como a redução da taxa de juros de 16% para 12% ao ano nos créditos de custeio feitos com recursos controlados de crédito rural, a redução significativa das taxas de PROAGRO para lavouras conduzidas em áreas consideradas adequadas pelo zoneamento da EMBRAPA e o aumento da disponibilidade de recursos para a agricultura familiar.

Há, porém, aspectos negativos como a extinção da equivalência-produto nos financiamentos de custeio (restrita aos financiamentos enquadrados no Programa Nacional de Agricultura Familiar, PRONAF), dos empréstimos do Governo Federal Com Opção de Venda (EGF-COV) e da transformação automática de créditos de custeio em Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF-SOV) por ocasião do vencimento do prazo de financiamento de custeio, que tornam a comercialização mais arriscada. Para reduzir esse grau de risco e facilitar a manutenção dos estoques governamentais foi criado o contrato de opção de venda, instrumento através do qual os produtores, pagando um prêmio cujo valor será definido em leilões, terão o direito de vender seus produtos pelo preço mínimo acrescido das despesas financeiras e de armazenagem incorridas até a data de entrega do produto.

A renegociação das dívidas dos produtores, pendentes até julho de 1995, não foi total, porque alguns bancos privados se recusaram a

fazê-la, além de que houve produtores que tiveram de entregar as garantias antes da definição das regras de securitização. Não foi também definido um esquema de renegociação das dívidas acima de R\$200.000,00, o que pode vir a afetar a produção de alguns produtos, como arroz, em que a participação dos grandes produtores é importante.

Os reajustes concedidos aos preços mínimos foram inferiores à inflação acumulada desde 1994, data do último reajuste. O Governo justifica essa redução real alegando que, num cenário de economia aberta, os preços mínimos não podem ser definidos usando como parâmetro os custos de produção internos, sob risco de o País passar a sustentar preços para produto importado. Assim, os preços mínimos teriam de ser ajustados para baixo, a níveis compatíveis com o preço internacional.

A manutenção da sobrevalorização cambial foi, em parte, contornada pela isenção de ICMS nas exportações de produtos de origem agrícola. Porém, as atuais dificuldades no financiamento da produção poderão impedir a formação de excedentes exportáveis suficientes para que o País possa tirar o maior proveito da situação de baixos estoques mundiais e preços internacionais elevados dos grãos, que deve se estender até a colheita.

A seguir serão analisados os principais aspectos da política agrícola, da situação e perspectivas dos mercados de insumos e máquinas e de produtos agrícolas cultivados na safra de verão.

2 - POLÍTICA AGRÍCOLA

A condução da política agrícola no Brasil vem sofrendo mudanças significativas em sua orientação nos últimos anos deixando de se sus-

¹Pesquisadores Científicos do IEA.

tentar fundamentalmente sobre o financiamento da produção e buscando apoiar-se nos instrumentos ligados à comercialização dos produtos.

Ainda que não esteja efetivamente concretizada, esta reorientação pode ser observada, por exemplo, na adoção da regra de equivalência-produto para os contratos de custeio na safra agrícola 1995/96 associada à extinção da fixação do Valor Básico de Custeio para os cálculos dos valores financiados. Além disso, ganham importância relativa as fontes alternativas de financiamento, tais como, as Cédulas de Produto Rural (CPR) e os Certificados de Mercadoria com Emissão Garantida (CM-G). Para a safra 1996/97, está prevista a adoção dos Contratos de Opção no período de comercialização (Resolução BACEN nº 2.260, de 21/03/96) como instrumento complementar à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), ainda que restritos a poucos produtos.

Com relação ao presente ano agrícola, tem-se que o Plano de Safra 1996/97 foi anunciado com antecedência suficiente para auxiliar os agricultores em seu processo de tomada de decisão, trazendo importantes mudanças para estimular o desempenho da produção de grãos, cujo objetivo é atingir o volume de 80 milhões de toneladas. Dois outros pontos importantes deverão contribuir para o esperado crescimento da produção: a securitização das dívidas com crédito rural² assumidas até 20 de junho de 1995 e o resultado positivo da renda agrícola para os principais produtos, sendo o primeiro relacionado à condução da política agrícola e o segundo ao comportamento dos preços de mercado.

Um indicador do bom desempenho dos preços agrícolas no mercado é a redução na demanda por recursos de financiamento para operações de Empréstimo do Governo Federal (EGF), comparativamente à safra 1994/95. Assim, se no período de janeiro a maio de 1995, foram aplicados R\$1,47 bilhão em operações de comercialização, montante este considerado insuficiente para atender a demanda, em 1996, foram aplicados apenas R\$364 milhões, para esse mesmo período, valor este considerado satisfatório frente à quantidade demandada.

Sobre a securitização da dívida cabe

²Dos R\$7 bilhões previstos para o programa de securitização, foram dispendidos R\$5,2 bilhões para a renegociação de contratos com o Banco do Brasil e R\$1,2 bilhão com os bancos privados.

ressaltar que se de um lado ela torna os agricultores em condições de obterem novos financiamentos, de outro, ela exigirá um desempenho significativo em termos de resultado econômico da produção, pois a renda a ser obtida na próxima safra deverá cobrir os custos normais e um excedente (resultados normais esperados numa exploração econômica), e ainda possibilitar o pagamento da primeira parcela da dívida renegociada. Este fato deverá influir sobre a tomada de decisão dos produtores sobre quanto plantar e quanto gastar.

O caráter bastante diversificado da agricultura paulista faz com que políticas específicas para grãos tenham impacto relativamente pequeno sobre a área total plantada, o que explica o fato de a sua produção, na safra 1995/96, (correspondente as culturas de algodão, amendoim, arroz, batata, cebola, feijão, milho, soja, tomate, trigo, banana, café, cana, laranja, mamona e mandioca) ter sido cerca de 7% superior a anterior, segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (IEA/CATI), de junho de 1996, embora a área das principais culturas anuais tenha se reduzido em 10% e tenha ocorrido quebras no rendimento. O melhor desempenho na produção total da agricultura deveu-se principalmente às expressivas expansões das áreas plantadas com cana-de-açúcar e com laranja, que suplantou as retrações de área das demais culturas, uma resposta imediata dos setores com maior rentabilidade na safra anterior e que ocupam mais de 50% da área com culturas.

O cultivo de cana e de laranja, na safra 1995/96, absorveu 28,7% e 12,9% respectivamente do total de recursos do crédito rural de custeio para o Estado de São Paulo. Nas culturas de algodão e soja houve redução tanto da área como da utilização de crédito, enquanto milho e feijão de verão, mesmo com retração de área, absorveram maior volume de financiamento oficial.

2.1 - Recursos Oficiais e Fontes Alternativas de Financiamento

O Governo espera aplicar cerca de R\$5,2 bilhões (cinco bilhões e 200 milhões de reais) para financiar as operações de custeio e comercialização da safra 1996/97, o que representará um crescimento de 32%, em termos nominais, em relação ao volume aplicado no ano

agrícola 1995/96. Deste montante global estará assegurada a aplicação de R\$1 bilhão no Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), sendo R\$200 milhões para operações de custeio e comercialização e R\$800 milhões para investimento. A captação dos R\$5,2 bilhões está sendo prevista segundo as fontes citadas a seguir³:

- R\$1,639 bilhão das exigibilidades bancárias, asseguradas pela redução no compulsório sobre os depósitos à vista, com os recursos liberados sendo destinados para o financiamento do custeio agrícola⁴;

- R\$1,10 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

- R\$200 milhões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) repassados ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA);

- R\$92 milhões de fundos constitucionais;

- R\$950 milhões de recursos externos;
- R\$521 milhões de recursos livres; e
- R\$700 milhões de recursos extra-mercado.

Destaca-se que apenas para os recursos provenientes das exigibilidades, dos Fundos constitucionais, do PROCERA e do FAT, que correspondem a R\$3,03 bilhões, estará assegurada a aplicação à taxa de juros de 12% a.a., segundo os critérios estabelecidos pela política de Crédito Rural Oficial. Sobre os financiamentos realizados com recursos das demais fontes (R\$2,17 bilhões), no entanto, deverão incidir taxas de juros não controladas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Tendo em vista que o Governo não tem controle sobre o comportamento das fontes complementares, observa-se que o montante total que será efetivamente aplicado na agricultura é altamente incerto, frente à estimativa da necessidade de aporte de R\$6,97 bilhões, realizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Tem-se ainda que a redução nas taxas de juros para custeio de 16% a.a. para 12% a.a.,

para os financiamentos em geral, e a fixação de 9% a.a. para os contratos da produção familiar (PRONAF) estimularão a demanda por financiamento com recursos oficiais. Assim, pode-se afirmar que o volume efetivo de recursos controlados (taxa de juros preferencial) que será aplicado estará muito aquém de atender a demanda global do setor.

Isso vem confirmar a avaliação de que ao formular a Política Agrícola, o Governo Federal está buscando sair da posição de grande financiador da produção agropecuária, transferindo essa responsabilidade para os agentes privados, no caso produtores rurais e agentes financeiros.

Para as fontes alternativas aos recursos controlados, espera-se o crescimento das operações com Cédula de Produto Rural (CPR) e com os Certificados de Mercadorias com Emissão Garantida (CM-G), além da possível aplicação de recursos externos em volume superior ao volume previsto pelos recursos oficiais administrados, visto que a taxa de juros nesse caso é livremente pactuada.

No caso específico da CPR, esta operação exige o compromisso de entrega futura do produto pelo produtor rural junto a um comprador da agroindústria (insumos, máquinas e equipamentos e/ou beneficiadoras), tendo como aval um banco que opere com a CPR. No caso do Banco do Brasil, o produtor deverá apresentar uma garantia física e realizar seguro contra a frustração da safra. Os encargos financeiros previstos são: taxa de 0,65% ao mês sobre o volume negociado se a operação se realizar antes do plantio; de 0,55% a.m. se esta for durante a fase de plantio; ou de 0,45% a.m. se esta se realizar na fase de pré-colheita. Todavia e para o ano agrícola que se inicia, apenas terão acesso ao aval do Banco do Brasil os produtores de café, soja, milho e boi gordo, pois essa instituição financeira considera que esses produtos têm um mercado futuro bem estruturado e, portanto, possibilitam uma boa previsão de preço para a época de liquidação do contrato, o que facilita as negociações entre as partes envolvidas. Cabe destacar que a inadimplência neste tipo de operação tem sido praticamente nula desde o início de sua operacionalização.

Para o CM-G, ao financiamento de custeio interessa particularmente o CMFG (certificado de entrega futura da mercadoria), e o produtor deverá cadastrar-se em um dos bancos que opere com estes certificados. Com base em li-

³Os recursos captados pela poupança rural não estão sendo considerados porque ainda não está decidida a equalização de taxas de juros, isto é, o diferencial de taxas entre a remuneração da poupança e a taxa de juros de 12% a.a., nas operações de custeio do Crédito Rural Oficial.

⁴Crescimento gradual na exigibilidade sobre os depósitos à vista a serem aplicados na agricultura de 17% para 25%, entre agosto/96 e janeiro/97.

mite operacional, será emitido o CMFG, no qual o produtor declarará a classificação comprometida do produto, a quantidade a ser vendida, a data e o armazém de entrega do produto, por ocasião da colheita. Além disso, o produtor deverá fazer um seguro agrícola para a safra. Ao banco caberá dar a fiança bancária, contra garantia real, e registrar o CMFG na Central de Registros. A fiança bancária varia de banco para banco e de acordo com a relação banco/cliente, enquanto as taxas de registro, em caso de negociação (os certificados deverão ser livremente negociados em pregão da bolsa de mercadorias), variam de 0,5% a 1% sobre o valor da operação para cada parte envolvida, vendedor e comprador.

A aplicação de recursos captados no exterior em atividades do complexo agroindustrial tende, também, a se destacar como uma importante fonte de financiamento para a agricultura. Estes deverão ser aplicados, principalmente, no financiamento complementar do montante que excede os limites fixados pelo crédito rural oficial para os cultivos de soja, produtos da citricultura, cana-de-açúcar e olerícolas. Nessas operações os contratos serão lastreados na variação cambial acrescida de uma taxa em torno de 15% a.a. Ainda que se qualifique como um recurso mais caro que aquele oriundo das fontes oficiais, este apresenta-se vantajoso relativamente a outras fontes, como por exemplo, os recursos da poupança rural. Principalmente quando se considera que o risco da variação cambial poder ser evitado pelo tomador de crédito através de operação simultânea de contratos de *hedge*, com vigência para o mesmo período de liquidação da dívida.

Finalmente, há a possibilidade de operações de pré-custeio, ainda pouco explorada pelos produtores rurais, quer pela falta de informação dos beneficiários da possibilidade de operarem com esta finalidade de financiamento, quer pela dificuldade em anteciparem a tomada de decisão sobre quanto plantar e o que plantar. A importância dessa finalidade é clara, visto que permite ao agricultor antecipar a compra de insumos para um período em que os preços dos insumos não atingiram seu pico (normalmente isso ocorre no mês de outubro). Esta operação poderá ser transformada em operação normal de custeio até o prazo de 90 dias e neste caso será operada pela taxa de juros preferencial dos recursos obrigatórios do SNCR. O produtor tem ainda a possibilidade de realizar o pré-custeio

através da operação com CPR, se negociar diretamente com o setor de insumos. A CPR já vem sendo utilizada com sucesso na compra de máquinas e equipamentos, o mesmo podendo ocorrer com a aquisição de insumos.

2.2 - Limites de Financiamento e Encargos Financeiros do SNCR

São as seguintes as operações amparadas por financiamentos com recursos controlados e à taxa de juros de 12% a.a., contra 16% cobrada no ano agrícola 1995/96, exceto PRONAF:

- custeio agropecuário diretamente ao produtor ou repassado por suas cooperativas;
- operações de EGF/SOV (EGF sem opção de venda para o governo) dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e para sementes;
- integralização de cotas-partes de cooperativas;
- pré-custeio para produtores e suas cooperativas pelo prazo de noventa dias;

Devem ser observados os seguintes limites por finalidade e por produtor:

- culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo: R\$150 mil
- cultura da soja: R\$30 mil
- cultura do algodão: R\$300 mil
- aquisição, por cooperativas, de insumos para fornecimento aos cooperados, até o limite de R\$15mil por beneficiário independente de sua classificação;
- crédito rotativo⁵ a mini/pequenos produtores até o limite de R\$30 mil, para qualquer atividade agropecuária.

Os limites de financiamento com recursos do crédito oficial não são cumulativos. Assim,

- no caso de atividades exploradas sucessivamente os limites devem ser considerados por períodos trimestrais;
- no caso de lavouras irrigadas, e de outras culturas sucessivas, podem ser autorizados novos empréstimos, dentro dos limites estabelecidos.

Para os produtores amparados pelo PRONAF, a taxa de juros para o custeio e co-

⁵Crédito rotativo significa que o tomador poderá acumular dívidas apenas até o limite estipulado.

mercialização está fixada em 9% a.a., devendo ser respeitado o limite de financiamento de R\$5 mil por beneficiário. Além disso, fica assegurada a equivalência-produto para os contratos de custeio. Na finalidade de investimento, o encargo financeiro é composto pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 6% a.a., sendo que o mutuário fará jus a um rebate de 50% do valor dos encargos devidos por ocasião de seu efetivo pagamento. O valor máximo financiado é R\$15 mil por beneficiário e de R\$75 mil para o crédito coletivo (por associações ou grupos) que deve obedecer o limite individual por beneficiário.

São beneficiários do PRONAF os agricultores familiares e suas organizações⁶, sendo assim definidos: produtores rurais que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, e que atendam simultaneamente aos seguintes requisitos:

- utilizar o trabalho direto seu e de sua família, com concurso de empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir;

- ter, no mínimo, 80% da renda familiar originados da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa;

- residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;

- não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais⁷, quantificados na legislação em vigor.

No caso do PROCERA, programa que atende aos assentados, a taxa de juro é de 12% a.a., mas se o contratante respeitar os prazos estabelecidos para pagamento da dívida, ele terá um desconto de 50% sobre o juro e sobre o capital. O limite para custeio é de R\$1mil por tomador e de R\$7,5mil para investimento. No entanto, os recursos destinados ao programa têm sido extremamente insuficientes para atender à demanda dos assentados, fato que deverá se repetir nessa próxima safra.

2.3 - Seguro Agrícola

Como tem ocorrido sistematicamente

⁶As organizações de agricultores familiares compreendem as associações legalmente constituídas e cooperativas com, pelo menos, 60% do seu quadro social ativo constituído por agricultores familiares.

⁷O tamanho do módulo fiscal varia de região para região.

no passado, as empresas de seguro privado não demonstram este ano qualquer interesse em atuar no mercado de seguro agrícola, segundo eles, devido ao alto risco presente neste tipo de atividade. Afirmam que, ao contrário de outros setores, os sinistros relacionados à produção agrícola têm características de catástrofe, pois atingem muitas propriedades ao mesmo tempo. Por isso, entendem que a responsabilidade de segurar a agricultura é do governo, o qual teria inclusive meios tecnológicos de diminuir os riscos de perdas em determinadas culturas, inclusive, através do zoneamento agrícola.

Assim, seguindo a tradição, o seguro obrigatório ligado ao instrumento de crédito rural, o PROAGRO, continuará sendo a principal fonte assegurada de cobertura dos riscos ligados à produção agrícola.

Para esta safra de verão 1996/97, o PROAGRO ficará vinculado ao zoneamento agrícola elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Para os produtores que aderirem ao zoneamento, as alíquotas de adesão ficam assim definidas⁸:

- para as culturas de arroz de sequeiro e feijão, a alíquota será reduzida de 11,7% para 6,7%, enquanto para soja e milho reduz-se de 7% para 3,9%. Estará assegurada a cobertura das perdas causadas por granizo, tromba d'água, vendaval e seca;

- para as culturas irrigadas, a alíquota será reduzida de 4,7% para 1,7%, sendo que o seguro garantirá a cobertura dos prejuízos quando da ocorrência de granizo, tromba d'água e vendaval.

As lavouras financiadas com recursos do PRONAF terão, novamente, tratamento privilegiado em relação aos encargos financeiros para adesão ao PROAGRO. Assim, os produtores que seguirem as regras do zoneamento agrícola pagarão alíquota de 2% para adesão ao PROAGRO. Se o cultivo for de lavouras irrigadas, a alíquota cai para 1,7%, a exemplo do caso geral.

Além da redução nas taxas de adesão ao PROAGRO, o governo prometeu fazer o pagamento ao produtor da dívida do PROAGRO novo, aquele que foi contratado a partir de 1991

⁸No caso de o produto não se enquadrar no zoneamento agrícola proposto, recomenda-se a consulta aos bancos sobre o seguro da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), cujas taxas de adesão podem ser menores que as cobradas para o PROAGRO.

e que soma R\$800 milhões. Esta regularização tende a dar maior credibilidade a este importante instrumento de política setorial, principalmente, visto a resistência das seguradoras privadas em atuar no setor.

2.4 - Preços Mínimos e Comercialização da Safra

Os preços mínimos a vigorarem na próxima safra estão apresentados na tabela 1.

Foram reajustados os preços mínimos dos principais produtos, que estavam congelados desde o lançamento do Plano Real, e os aumentos variaram de 5,0% a 16,67%, segundo o

produto e a região produtora. Na Região Centro-Sul os aumentos foram de 11,67% para o milho, de 9,06% para o algodão em caroço, de 9,09% para a soja, de 5,09% para o arroz e de 5% para o feijão, abaixo, portanto, da inflação acumulada no período.

Visando promover a sustentação dos preços agrícolas no país e em complementação a Política de Garantia de Preços Mínimos, o governo lançou um novo instrumento para atuar na formação dos estoques reguladores: Contrato de Opção de Venda e Contrato de Opção de Compra.

O comprador de um Contrato de Opção é uma pessoa ou entidade que está disposta a pagar um preço (chamado prêmio) para ter o

TABELA 1 - Preços Mínimos, Safra de Verão 1996/97

Produto	Unidade da Federação	Unidade (kg)	Início	Valor (R\$/unidade)
Algodão				
Caroço	Brasil	15,0	Fev./97	6,50
Pluma	Brasil	15,0	Fev./97	23,15
Arroz em casca				
Irrigado	Brasil	50,0	Fev./97 ¹	10,53
Sequeiro	Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste	60,0	Fev./97 ²	9,30
	Mato Grosso e Tocantins	60,0		8,97
	Norte	60,0		8,46
Feijão em cores	Centro-Sul	60,0	Nov./96	25,20
	Rondônia	60,0	Abr./96	24,00
Feijão preto	Centro-Sul	60,0	Nov./96	25,20
Mandioca	Centro-Sul	1.000,0	Jan./97	7,40
Milho	Acre, Mato Grosso, Rondônia	60,0	Fev./97 ³	6,30
	Outros	60,0	Fev./97	6,70
Soja	Sul, Sudeste, Centro-Oeste	60,0	Fev./97	8,88
	Mato Grosso, Pará, Tocantins, Nordeste	60,0	Fev./97	8,43
	Acre, Rondônia	60,0	Fev./97	7,98
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Bahia-Sul	60,0	Fev./97	4,68

¹Áreas irrigadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste - set./96; Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo - jan./97.

²Roraima - set./96.

³Santa Catarina e Rio Grande do Sul - jan./97.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

direito de vender ou de comprar um dado produto, a um valor pré-estabelecido (chamado preço de exercício), na data de vencimento do contrato. É a parte interessada em fazer um seguro de preço do produto objeto da opção. O vendedor (também chamado de lançador da opção), que será o Governo através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), é quem assume o risco da operação. Como tal, recebe um valor (chamado prêmio) para cobrir o seu risco e é a parte que assume as obrigações previstas no contrato.

O lançamento dos Contratos de Opção de Venda pelo Governo deverá ocorrer sempre que os preços pagos aos produtores estiverem abaixo dos preços mínimos, estimando-se que isso ocorrerá no período de colheita, enquanto o vencimento seria na entressafra de cada produto. Os Contratos de Opção de Venda serão oferecidos através de leilão público a ser realizado através do sistema integrado de Bolsa de Mercadorias já utilizado para a venda dos estoques públicos. O Aviso Específico do Contrato informará o produto objeto da opção, o preço de exercício, a quantidade de contratos a serem oferecidos, a data, local, horário e forma de acesso aos interessados no leilão, as datas de vencimento dos contratos, as praças ou regiões-pólo (conjunto de municípios) onde o produto poderá ser entregue e a lista de armazéns credenciados para a operação.

Numa primeira etapa serão amparados apenas o arroz longo fino, o milho, o trigo e o algodão em pluma. Cada contrato de arroz, milho e trigo equivalerá a 27 toneladas, enquanto o contrato de algodão será de 12,75 toneladas.

O preço de exercício deverá ser equivalente ao preço mínimo vigente para cada produto/região, acrescido da estimativa dos custos financeiros e de estocagem para o período de vigência do contrato. Como parâmetro para a taxa de juros deverá ser tomada a taxa apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), podendo ser acrescido também o custo do frete entre as regiões produtoras a serem atendidas ou regiões-pólo designadas para entrega, conforme a estratégia operacional estabelecida para cada produto.

O valor do prêmio equivalerá ao lance vencedor para arremate de cada contrato (ou lote de contratos). Esse valor e as despesas acessórias à compra da opção, assim como as de classificação, armazenagem e outras inerentes à fase imediata à colheita do produto, objeto de

opção, poderão ser financiadas com recursos controlados do crédito rural.

Poderão adquirir os contratos de opção os produtores rurais ou suas cooperativas de produção, sendo admitida a posterior transferência de titularidade da opção. O exercício da opção (venda do produto para o governo, no caso para a CONAB) apenas poderá ser feito no vencimento do contrato, mediante as seguintes condições:

- o interessado deverá comunicar o fato formalmente à CONAB, a partir do quinto dia útil imediatamente anterior à data de vencimento da opção;

- o titular da opção terá um prazo de até quinze dias, contados do vencimento, para comprovar, junto à CONAB, que fez o depósito do produto, na quantidade, qualidade e local previstos contratualmente;

- a CONAB terá até trinta dias, contados da data do vencimento, para fazer o pagamento devido, sendo que esse mês adicional terá que ser computado para efeito do cálculo do preço de exercício, por ocasião do lançamento do contrato.

Havendo o exercício da opção serão ressarcidas ao titular do contrato as mesmas despesas cuja indenização está prevista na realização de Aquisição do Governo Federal (AGF), na modalidade AGF direta. Será admitida a entrega de produto diferente do especificado, dentro de limites estabelecidos no Aviso Específico da CONAB, sendo aplicados os ágios ou deságios cabíveis, sobre o preço de exercício contratualmente estabelecido, de forma a ajustá-lo à qualidade do produto entregue.

O Governo poderá inserir cláusula que lhe permitirá não receber o produto, caso o comprador manifeste interesse em exercer a opção, utilizando-se para tanto as seguintes alternativas:

- a) recompra do contrato;

- b) repasse do contrato a terceiros, desde que asseguradas ao adquirente as garantias necessárias de que o novo titular honrará as obrigações originalmente assumidas pela CONAB;

- c) pagamento da diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado na época de vencimento do contrato⁹.

⁹Obviamente o adquirente do Contrato de Opção de Venda só deverá exercê-lo se o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício.

Como o contrato de Opção não dá direito a um financiamento automático para estocagem do produto, caso o comprador tenha interesse ou necessidade desse tipo de financiamento, enquanto aguarda a evolução do mercado ou o vencimento da opção, o governo considera que tendo esse título em mãos, ele terá facilidade junto aos bancos para prorrogar vencimento de dívida de custeio ou para obter um financiamento à estocagem, por exemplo, de EGF/SOV.

Esse novo instrumento permitirá ao Governo sustentar o preço sem necessariamente manter grandes estoques dos produtos e, conseqüentemente, sem a obrigação de carregar os custos pesados decorrentes do armazenamento. Além disso, por ser seletivo (definição do Governo dos produtos objetos de opção), por definir as datas de contratação e de vencimentos das opções, a escolha das praças e dos armazéns para eventual recebimento do produto, o Contrato de Opção permitirá ainda uma melhor administração da formação e manutenção de estoques públicos, aspectos dos mais criticados no âmbito da condução da política agrícola.

2.5 - Outras Considerações

Para o ano agrícola que se inicia, a exemplo do ocorrido sistematicamente nos anos anteriores, o volume de recursos para o financiamento da safra com recursos administrados pelo Governo mostra-se extremamente incerto, cabendo ao setor buscar nas fontes alternativas os recursos que serão exigidos para o custeio de sua produção.

Para o custeio da safra 1996/97, a capacidade de autofinanciamento é mais favorável que as verificadas nas duas últimas safras. O resultado econômico da safra de verão 1995/96 foi favorável para feijão, soja, milho, e em menor escala, para arroz e algodão. Para a próxima safra as expectativas continuam promissoras para feijão, milho e soja.

A maior procura pelos recursos oficiais deverá advir dos produtores de soja, cujas fontes alternativas de financiamento, através de contratos da soja verde, já se pronunciam com menor disposição de adiantamentos de recursos. No entanto, os agricultores, que securitizaram dívidas passadas, estão com dificuldades na obtenção de recursos pela impossibilidade do peñhor de safra.

As entidades de representação dos produtores colocam em dúvida a efetivação dos R\$5,2 bilhões para o custeio da safra de verão 1996/97, por considerarem superdimensionadas as estimativas de volume de recursos obrigatórios (quase duplicando o volume liberado na safra passada) e do FAT (mais de 50% sobre a mesma). Por outro lado, a extensão do crédito à taxa de juros de 12% a.a. para um maior número de produtos deverá acirrar a disputa por esse tipo de financiamento, uma vez que as taxas livremente pactuadas no mercado têm oscilado em torno de 24% a.a.

Do volume do crédito oficial total destinado para grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo), a agricultura paulista tem recebido perto de R\$200 a 240 milhões, nos últimos anos. A estimativa do IEA das necessidades de recursos financeiros para a safra 1996/97 de feijão de verão, arroz de sequeiro, arroz irrigado, soja, algodão e milho é de R\$555 milhões. Caso sejam concretizados os valores anunciados pelo governo, e a persistir o mesmo percentual de aplicação verificado na safra 1995/96, em que o volume destinado ao custeio dos grãos no Estado de São Paulo correspondeu a 4,7% do volume total desembolsado para o custeio em nível nacional, os recursos do crédito oficial poderão cobrir cerca de 44% do custeio potencial de grãos.

Parece claro o redirecionamento da política em direção aos instrumentos que visem assegurar preços remuneradores aos produtos através da PGPM e de seu novo instrumento constituído pelos Contratos de Opção, que possibilitam uma melhor administração de estoques reguladores pelo Governo.

No entanto, a gama de produtos amparados pelo Contrato de Opção de Venda é restrita, face à diversidade de grãos que o País produz indicando que, mais do que assegurar preço, o Governo está interessado em reduzir os custos da política de sustentação da renda e atuar eficientemente para equilibrar o mercado de produtos agrícolas. Considera-se que esse instrumento deverá ser sempre utilizado para produtos considerados problema do ponto de vista das necessidades de abastecimento e/ou que necessitem de proteção frente às condições vigentes no mercado internacional, como tem sido o caso do algodão. Os principais beneficiários dessa política deverão ser os grandes e médios produtores, sendo que o atendimento da pequena produção e de produtos que não se enquadrem nas características anteriores deverá

ser realizado através de programas especiais, como o PRONAF.

Esta reorientação caminha de acordo com as diretrizes amplas da Política Econômica de redução dos gastos públicos e de maior autonomia para o funcionamento do livre mercado, além de se enquadrar perfeitamente dentro da perspectiva de elaboração de uma política agrícola comum para países membros de blocos econômicos, no caso brasileiro, o MERCOSUL.

3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

As perspectivas para o mercado de insumos agrícolas em 1996 refletem condições muito mais favoráveis que as vigentes em 1995, com exceção das máquinas agrícolas, conforme comentários a seguir.

3.1 - Calcário

O consumo aparente de calcário agrícola no Brasil, em 1995, apresentou acentuada redução (-40%), situando-se em 12,2 milhões de toneladas, contra 20,4 milhões de toneladas em 1994, segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL).

Em São Paulo, principal Estado consumidor de calcário agrícola, a redução também ocorreu, mas em menor proporção (-26,3%), sendo que o consumo atingiu 3,364 milhões de toneladas, enquanto em 1994 situou-se em 4,567 milhões de toneladas, segundo o Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais e Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL) (Tabela 2).

A retração na demanda, explicada principalmente pelos baixos preços recebidos para diversos produtos agrícolas, falta de liquidez dos agricultores e retração de área plantada de várias culturas, foi minimizada em São Paulo pela grande parcela de área cultivada com culturas perenes e semi-perenes, principalmente com cana-de-açúcar, citros e café.

Do total de calcário agrícola comercializado no Estado de São Paulo, em 1995, 30,8% foram provenientes de outros Estados, principalmente do Paraná e de Minas Gerais. Conforme ocorre tradicionalmente, o consumo de calcário agrícola concentrou-se no segundo semestre

(62,9%), contra apenas 37,1% no primeiro semestre.

Em São Paulo, o preço médio FOB de calcário em 1995 situou-se em US\$13,1 por tonelada, e o consumo paulista de calcário movimentou o valor de US\$44,0 milhões, 29,7% inferior ao observado em 1994 (US\$62,6 milhões).

No período de janeiro a julho de 1996, o consumo de calcário no Estado de São Paulo atingiu 1,255 milhão de toneladas, contra 1,598 em igual período de 1995, correspondendo a decréscimo de 21,4%. Contribuíram em grande parte para essa redução o menor consumo de calcário nas culturas da cana-de-açúcar e da laranja.

Para o período de agosto a dezembro de 1996, a expectativa é de que ocorra uma recuperação nas vendas, em função da estimativa de aumento de áreas cultivadas com cereais e das medidas de políticas agrícolas anunciadas pelo Governo. As projeções do setor para 1996, condicionadas pela disponibilidade de crédito, apontam para um consumo de calcário em São Paulo de cerca de 3,5 a 3,7 milhões de toneladas, com acréscimo em torno de 5% a 10% no consumo em relação ao ano anterior, porém abaixo do observado em 1994 (4,6 milhões de toneladas). Para o Brasil, espera-se que a recuperação no consumo seja maior que 30%, de maneira a situar-se em torno de 16,0 milhões de toneladas, dada a maior dependência do consumo total no País à evolução das áreas plantadas com culturas anuais, que deverão ser ampliadas na safra 1996/97.

3.2 - Defensivos Agrícolas

Em meados de 1995, as estimativas do setor eram de que o faturamento anual poderia apresentar redução entre 5% e 10%, relativamente a 1994, com base nas expectativas pessimistas dos agricultores, as quais refletiam condições desfavoráveis em termos de preços dos produtos agrícolas, rentabilidade e liquidez. Entretanto, as reduções nas áreas plantadas não foram tão acentuadas como se vislumbrou, e o setor apresentou evolução diferenciada, tanto em relação ao esperado como também relativamente ao desempenho dos setores de fertilizantes e de máquinas agrícolas, que tiveram redução no faturamento. Em 1995, as vendas de defensivos agrícolas no Brasil atingi-

TABELA 2 - Estimativa de Consumo de Calcário Agrícola no Estado de São Paulo, 1995-96

Mês	Associados (t)	Não associados (t)	Outros estados (t)	Total	
				Quantidade ¹ (t)	Valor (US\$)
1995					
Jan.	134.213,8	20.883,6	68.945,6	224.043,0	3.174,832
Fev.	48.490,2	7.545,0	24.909,4	80.944,6	1.077,051
Mar.	154.986,5	24.115,9	79.616,5	258.718,9	3.231,755
Abr.	130.020,2	20.231,1	66.791,3	217.042,6	2.690,803
Mai	115.789,6	18.016,8	59.481,1	193.287,5	2.844,573
Jun.	163.581,2	25.453,2	84.031,6	273.066,0	3.959,212
Jul.	210.131,7	32.696,4	107.944,6	350.772,7	4.904,838
Ago.	322.862,8	50.237,4	165.854,6	538.954,8	6.641,937
Set.	278.401,8	43.319,3	143.015,0	464.736,1	5.727,285
Out.	224.508,0	34.933,4	115.329,7	374.771,1	4.864,773
Nov.	151.536,2	23.579,0	77.692,6	252.807,8	3.042,102
Dez.	80.567,1	12.536,2	41.387,3	134.490,6	1.827,813
Total	2.015.089,1	313.547,3	1.034.999,3	3.363.635,7	43.986,974
1996					
Jan.	83.226,8	12.950,0	42.753,6	138.930,4	2.020,884
Fev.	83.108,4	12.931,6	42.692,7	138.732,7	2.129,634
Mar.	79.579,0	12.382,4	40.879,7	132.841,1	2.110,417
Abr.	81.531,6	12.686,3	41.882,7	136.100,6	2.077,818
Mai	109.737,6	17.075,1	56.372,2	183.184,9	2.671,375
Jun.	133.258,8	20.735,0	68.455,0	222.448,8	3.193,994
Jul. ²	181.536,1	28.247,0	93.255,1	303.038,2	4.116,385
Total	751.978,3	111.007,4	386.291,0	1.255.276,7	18.320,507

¹Refere-se ao somatório das vendas das empresas associadas e não associadas ao SINDICAL, assim como do calcário proveniente de outros estados.

²Dado preliminar.

Fonte: Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais, Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola, do Estado de São Paulo (SINDICAL).

ram US\$1.535,6 milhões, apresentando aumento de 9,4% em relação às de 1994 (US\$1.404,0 milhões), segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG) (Tabela 3).

Apesar de todos os segmentos do setor terem obtido resultados positivos, registrou-se menor crescimento nas vendas dos fungicidas (7,6%), que evoluíram de US\$211,1 milhões em 1994 para US\$227,0 milhões em 1995, e nas vendas de herbicidas (7,6%), que passaram de US\$775,8 milhões para US\$835,0 milhões, sendo que esse segmento é altamente dependente da evolução das áreas plantadas, principalmente com soja. Nos demais segmentos,

destacaram-se, nesse período, a expansão de 12,9% nas vendas de inseticidas, que aumentaram de US\$300,2 milhões para US\$339,0 milhões, e a variação no faturamento dos acaricidas (9,7%), que subiu de US\$90,8 milhões para US\$99,7 milhões. As vendas do segmento "outros", que engloba antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores, e que responde por pequena parcela das vendas totais, passaram de US\$26,1 milhões para US\$35,0 milhões, com a maior taxa de crescimento (33,8%).

As principais alterações nas importâncias relativas desses segmentos, em relação às vendas totais de defensivos, ocorreram em

TABELA 3 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Destinação e por Classe, Brasil, 1993-95

(em US\$1.000)

Destinação	Acaricidas			Fungicidas			Inseticidas		
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995
Algodão	1.307	852	994	64	-	165	27.607	46.722	39.688
Amendoim	-	-	-	1.477	1.476	1.541	558	1.209	907
Arroz de sequeiro	-	-	-	595	1.272	941	535	1.314	460
Arroz irrigado	-	-	-	1.141	2.630	2.420	1.243	477	2.050
Batata-inglesa	24	65	84	22.320	28.877	37.737	14.470	18.541	21.582
Café	13	9	13	23.468	36.607	43.484	13.957	19.990	28.026
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	669	113	5.173
Citros	68.181	85.585	91.470	13.284	13.546	12.800	9.107	12.657	12.174
Feijão	44	61	69	13.255	21.748	23.932	6.639	10.082	10.277
Fumo	-	-	-	1.751	713	1.333	12.887	7.615	12.171
Milho	-	-	-	851	10	84	14.155	17.129	15.061
Soja	-	-	98	2.231	2.009	2.467	40.843	75.849	79.990
Tomate	1.419	233	3.483	15.653	18.320	19.223	10.474	13.450	16.363
Trigo	-	-	1	26.283	19.767	14.886	2.715	3.097	1.885
Fruticultura em geral	2.006	1.853	1.447	15.820	20.310	24.685	5.454	6.934	6.121
Hortaliças	533	1.809	1.852	12.861	18.889	19.427	8.068	11.098	12.737
Trat. de sementes	-	-	-	9.088	17.391	16.331	15.642	29.061	27.413
Outras ¹	289	359	149	6.242	7.515	5.565	10.871	24.908	46.950
Total	73.816	90.826	99.660	166.384	211.080	227.021	195.894	300.246	339.028

Destinação	Herbicidas			Outros ²			Total		
	1993	1994	1995	1993	1994	1995	1993	1994	1995
Algodão	8.711	10.693	10.752	410	1.567	2.225	38.099	59.834	53.824
Amendoim	-	218	184	8	27	21	2.043	2.930	2.653
Arroz de sequeiro	1.155	1.144	1.191	1	-	-	2.286	3.730	2.592
Arroz irrigado	43.691	59.635	51.331	138	249	527	46.213	62.991	56.328
Batata-inglesa	1.882	2.570	2.809	210	195	191	38.906	50.248	62.403
Café	12.236	15.182	18.160	22	158	127	49.696	71.946	89.810
Cana-de-açúcar	132.640	148.498	165.584	5.996	6.745	10.648	139.305	155.356	181.405
Citros	15.196	14.397	19.289	212	563	349	105.980	126.748	136.082
Feijão	13.368	21.373	24.744	385	625	719	33.691	53.889	59.741
Fumo	478	657	1.442	12.842	6.883	8.047	27.958	15.868	22.993
Milho	65.398	92.261	105.970	455	836	1.154	80.859	110.236	122.269
Soja	254.121	353.913	365.432	2.677	4.840	8.028	299.872	436.611	456.015
Tomate	167	517	381	119	272	176	27.832	32.792	39.626
Trigo	3.908	8.301	10.518	15	169	93	32.921	31.334	27.383
Fruticultura em geral	1.380	4.395	3.131	1.243	1.732	1.723	25.903	35.224	37.107
Hortaliças	3.154	5.825	7.289	211	458	601	24.827	38.079	41.906
Trat. de sementes	-	-	-	-	-	-	24.730	46.452	43.744
Outras ¹	31.112	36.183	46.769	176	814	334	48.690	69.779	99.767
Total	588.597	775.762	834.976	25.120	26.133	34.963	1.049.811	1.404.047	1.535.648

¹Alho, áreas não cultivadas, cacau, cebola, formigas, grãos armazenados, reflorestamento e outras.²Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

inseticidas, que aumentaram para 22,1%, em 1995, contra 21,4% em 1994, e nos herbicidas, que apresentaram redução de 0,9% na sua participação. Entretanto, em 1995, os herbicidas continuaram a responder pela maioria das vendas do setor de defensivos (54,4%), cabendo 14,8% das vendas aos fungicidas, 6,5% aos acaricidas e 2,2% ao segmento "outros".

O desempenho do setor é altamente dependente de um pequeno número de culturas, e nos últimos anos cerca de 60% das vendas concentraram-se em apenas quatro culturas: soja (30%), cana-de-açúcar (12%), citros (10%) e milho (8%).

Essa dependência é ainda maior em cada um dos segmentos, sendo que, em 1995, a citricultura respondeu por 91,8% das vendas de acaricidas, contra 94,2% no ano anterior; nos herbicidas destacaram-se as participações de soja (43,8%), cana-de-açúcar (19,8%) e milho (12,7%); nas vendas de inseticidas, 23,6% destinaram-se para soja e 11,7% para algodão. No segmento fungicidas, com uma maior diversificação, registraram-se maiores participações das vendas para café (19,2%) e batata (16,6%). Verifica-se, nos últimos anos, acentuada redução das vendas de fungicidas para a cultura de trigo, cuja participação nesse segmento caiu de 15,8% em 1993 para 9,4% e 6,6%, respectivamente, em 1994 e 1995.

As vendas de defensivos agrícolas continuaram a apresentar acentuada concentração no período de agosto a dezembro, tendo-se que, em 1995, 61,4% das vendas foram efetuadas nesse período.

Entre julho de 1995 e julho de 1996, os dados de preços médios de defensivos agrícolas pagos pelos agricultores na cidade de São Paulo, levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), indicam que, dos 21 defensivos pesquisados, vinte apresentaram queda dos preços reais, sendo que seis produtos registraram queda dos preços mesmo em termos nominais.

Com relação à harmonização da legislação, que deverá regular o registro de defensivos agrícolas nos países participantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), os estudos baseiam-se nas diretivas da União Européia (UE) e estão sendo desenvolvidos pelo Grupo Técnico Permanente de Praguicidas (GTPP), pertencente ao Comitê de Sanidade Vegetal (COSAVE). Está definido que a homogeneização da legislação deverá estar pronta em janeiro de 1998, para ser operacionalizada a partir de 1º de janeiro de

2000. Por outro lado, com a finalidade de possibilitar e facilitar a comercialização de defensivos agrícolas durante o período desses trabalhos, estão sendo elaboradas disposições transitórias, as quais selecionaram e fixaram que 13 princípios ativos contam, provisoriamente, com livre circulação nos países membros do MERCOSUL.

Em 1996, no acumulado de janeiro a julho, o faturamento das indústrias de defensivos atingiu US\$673,4 milhões, com incremento de 13,7% em relação ao registrado em igual período de 1995 (US\$592,0 milhões). Esse desempenho positivo decorreu principalmente da expansão das vendas para soja, cana-de-açúcar e milho, tendo-se também uma recuperação nas vendas para trigo; por outro lado, ocorreram reduções das vendas para algodão, arroz e citros, devido a condições econômicas desfavoráveis para esses produtos agrícolas. Assim, nos segmentos tem-se uma evolução diferente da registrada em 1995. Em 1996, o maior aumento ocorreu nas vendas de herbicidas (19,5%), outros (18,9%) e fungicidas (17,4%), sendo que as vendas de inseticidas cresceram apenas 4,9% e as de acaricidas apresentaram redução de 2,9% (Tabela 4).

TABELA 4 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, Janeiro a Julho de 1995 e Janeiro a Julho de 1996

(em US\$1.000)

Classe	Jan.-jul./95	Jan.-jul./96	Variação (%)
	(a)	(b)	(b)/(a)
Inseticidas	143.563	150.660	4,9
Acaricidas	47.306	45.957	-2,9
Fungicidas	120.506	141.452	17,4
Herbicidas	257.278	307.566	19,5
Outros ¹	23.379	27.791	18,9
Total	592.032	673.426	13,7

¹Englobam antibotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

Para 1996, refletindo condições muito mais otimistas que as vigentes em meados de 1995, devido, principalmente, à melhoria das condições de renda e liquidez dos agricultores de grãos, as estimativas do setor são de que o faturamento poderá apresentar aumento de

10%, em relação ao registrado em 1995, mantendo-se o padrão observado durante janeiro a julho, ou seja, esperando-se maior taxa de crescimento nas vendas de herbicidas e de fungicidas, e menor nas de inseticidas e de acaricidas. Ressalva-se, entretanto, que essa expectativa de crescimento nas vendas de defensivos, assim como uma recuperação do consumo de outros insumos agrícolas, está condicionada a uma efetiva e oportuna liberação dos recursos creditícios.

3.3 - Fertilizantes

Após alcançar, em 1994, quantidade recorde (11,959 milhões de toneladas de produto), o consumo efetivo de fertilizantes no Brasil em 1995 decresceu 9,4%, totalizando 10,839 milhões de toneladas. Contudo, essa quantidade supera as observadas no período de 1987-93 (Tabela 5).

Os principais fatores que contribuíram para a retração da demanda em 1995, comparativamente ao ano anterior, foram: a) relações de troca desfavoráveis para várias culturas, como

milho, soja, feijão, cana-de-açúcar e arroz (Tabela 6); b) diminuição da área plantada de diversas culturas importantes demandadoras de fertilizantes, tais como soja e milho; c) endividamento do setor rural; d) os altos encargos financeiros dos empréstimos agrícolas; e) menor consumo de fertilizantes por unidade de área observado na maior parte das culturas plantadas; e f) problemas climáticos (seca que assolou algumas regiões brasileiras).

A cultura que mais demandou fertilizantes, em 1995, foi a soja, com consumo estimado em 2,440 milhões de toneladas de produto, seguida por milho e cana-de-açúcar, sendo esse conjunto de culturas responsável por 58,2% da quantidade total consumida nesse ano. Em relação a 1994, registrou-se decréscimo no consumo na maioria das culturas: algodão herbáceo (20,7%), arroz (20,5%), cana-de-açúcar (10,7%), café (4,3%), feijão (19,9%), milho (14,4%), soja (7,3%) e trigo (29,8%) (Tabela 7).

Em 1995, a quantidade de fertilizantes entregues ao consumidor final no Brasil foi igual ao consumo efetivo (10,839 milhões de toneladas de produto), tendo em vista que não houve alteração no nível de estoques dos agricultores,

TABELA 5 - Consumo Efetivo e Estoque de Fertilizantes, Brasil, 1993-95
(em mil toneladas de produto)

Discriminação	1993	1994	1995 ¹
Estoque inicial (indústria) (a)	868	1.070	1.163
Produção (b)	6.337	7.146	6.537
Importação (c)	4.964	5.274	4.682
Consumo aparente (b+c)	11.301	12.420	11.219
Exportação (d)	328	223	339
Micros/outros/quebras ² (e)	-230 ³	-160	13
Disponibilidade (a+b+c-d+e) (f)	11.611	13.107	12.056
Estoque final (indústria) (g)	1.070	1.163	1.217
Entregas (f-g) (h)	10.541	11.944	10.839
Estoque inicial (agricultor) (i)	147	145	130
Estoque final (agricultor) (j)	145	130	130
Consumo efetivo (h+i-j)	10.543	11.959	10.839

¹Dados preliminares.

²Referem-se às matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

³Inclui movimentação não identificada.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 6 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Uma Tonelada de Adubo, Região Centro-Sul, Brasil, 1993-96

Ano/mês	Algodão		Arroz em casca		Cana-de-açúcar	
	15kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	t	Índice ¹
1993	31,2	100,0	18,7	100,0	18,4	100,0
1994	27,1	86,9	17,1	91,4	15,8	85,9
1995	28,4	91,0	20,2	108,0	16,6	90,2
Jan.	26,0	83,3	15,6	83,4	16,2	88,0
Fev.	25,4	81,4	16,4	87,7	16,0	87,0
Mar.	24,7	79,2	18,1	96,8	16,3	88,6
Abr.	24,7	79,2	19,7	105,3	16,7	90,8
Maio	26,4	84,6	20,8	111,2	16,0	87,0
Jun.	27,9	89,4	20,7	110,7	16,0	87,0
Jul.	28,0	89,7	20,6	110,2	15,4	83,7
Ago.	30,1	96,5	20,2	108,0	15,7	85,3
Set.	33,7	108,0	22,8	121,9	17,7	96,2
Out.	32,9	105,4	23,7	126,7	17,7	96,2
Nov.	32,3	103,5	23,7	126,7	17,9	97,3
Dez.	30,3	97,1	22,5	120,3	17,7	96,2
1996						
Jan.	30,3	97,1	20,8	111,2	18,0	97,8
Fev.	31,1	99,7	21,3	113,9	18,5	100,5
Mar.	31,6	101,3	22,8	121,9	18,8	102,2
Abr.	32,2	103,2	23,6	126,2	17,9	97,3
Maio	31,9	102,2	22,7	121,4	17,1	92,9
Jun.	31,3	100,3	22,4	119,8	16,7	90,8

Ano/mês	Feijão		Milho		Soja	
	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹
1993	4,2	100,0	25,7	100,0	15,4	100,0
1994	3,2	76,2	26,5	103,1	15,7	101,9
1995	4,8	114,3	30,7	119,5	18,6	120,8
Jan.	4,0	95,2	26,3	102,3	16,5	107,1
Fev.	3,9	92,9	28,4	110,5	16,5	107,1
Mar.	3,9	92,9	31,4	122,2	18,4	119,5
Abr.	4,1	97,6	32,0	124,5	20,1	130,5
Maio	4,3	102,4	31,7	123,3	21,4	139,0
Jun.	4,8	114,3	28,9	112,5	21,6	140,3
Jul.	5,0	119,0	28,4	110,5	18,6	120,8
Ago.	5,2	123,8	30,6	119,1	17,7	114,9
Set.	5,9	140,5	34,3	133,5	19,1	124,0
Out.	6,0	142,9	33,5	130,4	19,9	129,2
Nov.	5,9	140,5	31,9	124,1	18,5	120,1
Dez.	5,3	126,2	31,7	123,3	17,6	114,3
1996						
Jan.	4,8	114,3	30,0	116,7	16,3	105,8
Fev.	5,0	119,0	30,7	119,5	18,0	116,9
Mar.	5,2	123,8	33,4	130,0	19,0	123,4
Abr.	5,1	121,4	30,9	120,2	18,1	117,5
Maio	5,0	119,0	28,9	112,5	16,4	106,5
Jun.	4,7	111,9	28,8	112,1	17,1	111,0

¹Índice simples, Base 1993=100.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 7 - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1993-95

Cultura	Consumo por cultura (1.000t de produto)			Consumo (kg de produto/hectare)		
	1993	1994 ¹	1995 ²	1993 ¹	1994 ¹	1995 ²
Abacaxi	15	18	17	341	409	354
Algodão herbáceo	300	319	253	276	283	282
Alho	10	12	10	556	923	769
Amendoim	10	14	11	110	151	138
Arroz	600	781	621	134	176	157
Aveia	20	24	13	65	145	73
Banana	130	137	120	251	265	229
Batata	300	324	398	1.754	1.851	2.128
Cacau	70	62	57	95	89	77
Café	580	635	608	276	338	327
Cana-de-açúcar ³	2.090	2.105	1.879	480	452	405
Cebola	30	35	35	370	467	455
Cevada	13	11	13	241	159	191
Feijão	580	821	658	101	151	126
Frutas	60	61	68	188	191	213
Fumo	240	236	224	752	814	727
Laranja	300	353	343	334	412	395
Mamona	10	7	7	90	92	52
Mandioca	70	91	65	37	46	34
Milho	1.910	2.325	1.990	132	164	145
Olerícolas	100	130	141	270	354	384
Pastagens ⁴	110	164	419	1	2	5
Reflorestamento	60	69	65	46	53	50
Soja	2.440	2.633	2.440	212	225	229
Sorgo	10	21	19	65	150	112
Tomate	75	96	104	1.210	1.548	1.651
Trigo	320	289	203	182	196	198
Outras ⁵	90	186	58
Total	10.543	11.959	10.839			

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

³Inclui cana planta (20% da área da cana para corte).

⁴Considerando-se pastagens naturais e artificiais.

⁵Culturas consideradas: algodão arbóreo, castanha de caju, centeio, coco-da-Bahia, dendê, florícolas, guaraná, juta, malva, pimenta-do-reino, rami, seringueira, sisal e uva.

Fonte: Associação Nacional de Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

ou seja, os estoques inicial e final foram ambos de 130 mil toneladas de produto. Comparativamente ao ano anterior, as entregas decresceram na maioria dos estados das Regiões Centro-Sul e Nordeste, as exceções foram Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte. No caso da Região Norte, as entregas cresceram 18,4%, porém a demanda de fertilizantes nessa região é bastante baixa (45 mil toneladas) (Tabela 8).

O Estado que mais consumiu fertilizantes em 1995 foi o de São Paulo, com 3,140 milhões de toneladas de produto, representando 29,0% do total nacional, seguido do Paraná (13,4%), Minas Gerais (13,0%), Rio Grande do Sul (12,0%) e Mato Grosso (7,2%).

O decréscimo na demanda interna em 1995 colaborou para que a produção nacional decrescesse 8,5% em relação ao ano precedente, atingindo 6,537 milhões de toneladas de pro-

TABELA 8 - Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1993-96

(em mil toneladas de produto)

Região e Estado	1993	1994	1995 ¹	Jan.-jun./95	Jan.-jun./96
Região Sul					
Rio Grande do Sul	1.531	1.615	1.301	378	408
Santa Catarina	340	350	310	123	135
Subtotal	1.871	1.965	1.611	501	543
Região Centro					
Espírito Santo	116	165	189	61	63
Goiás/DF/TO	849	795	646	165	131
Mato Grosso	799	968	780	116	217
Mato Grosso do Sul	560	704	529	111	112
Minas Gerais	1.120	1.401	1.407	435	377
Paraná	1.523	1.593	1.458	370	541
Rio de Janeiro	26	21	17	9	8
São Paulo	2.837	3.224	3.140	1.136	1.124
Subtotal	7.830	8.871	8.166	2.403	2.573
Região Nordeste					
Alagoas	137	236	231	120	125
Bahia	384	496	465	146	158
Ceará	14	17	13	7	6
Maranhão	40	57	50	6	12
Paraíba	30	35	38	26	23
Pernambuco	147	164	158	107	101
Piauí	13	15	13	4	5
Rio Grande do Norte	23	31	34	21	13
Sergipe	20	19	15	7	8
Subtotal	808	1.070	1.017	444	451
Região Norte					
	32	38	45	26	15
Brasil	10.541	11.944	10.839	3.374	3.582

¹Dados preliminares.

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

duto, constatando-se, em termos de nutrientes, retração na produção de fertilizantes fosfatados (10,8%) e potássicos (2,3%); porém acréscimo dos nitrogenados (3,6%), fato explicado, principalmente, pelo aumento das exportações brasileiras de uréia e de nitrato de amônio, quando comparadas com as do ano anterior.

As importações de fertilizantes no País apresentaram menor desempenho em 1995, perfazendo o total de 4,682 milhões de toneladas de

produto, com decréscimo de 11,2% em relação ao ano passado. Também, as importações de matérias-primas para fertilizantes decresceram (2,2%) no mesmo período, somando 2,105 milhões de toneladas de produto.

No Brasil, estima-se que o dispêndio com importações de fertilizantes em 1995, segundo o Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SIACESP), foi cerca de US\$727 milhões/CIF e

no caso das matérias-primas para fertilizantes em torno de US\$246 milhões/CIF, portanto, totalizando US\$973 milhões/CIF. Apesar do decréscimo das importações em 1995, seu valor foi superior 7,7% ao observado em 1994, em função do aumento dos preços médios dos principais fertilizantes e suas matérias-primas importadas.

A indústria brasileira de fertilizantes registrou, nos primeiros seis meses de 1996, decréscimo de 5,9% na produção, quando comparada com o mesmo período de 1995, com queda na produção de fertilizantes complexos, nitrocálcio, fosfato parcialmente acidulado, nitrocálcio, superfosfato triplo e cloreto de potássio. Em contrapartida, a produção de matérias-primas aumentaram, exceto de rocha fosfática.

Também, as importações brasileiras de fertilizantes, no período de janeiro a junho de 1996, decresceram (27,8%) em relação ao ano anterior, somando 2,615 milhões de toneladas de produto, assim como, reduziram-se as importações de matérias-primas para fertilizantes, com exceção da amônia. Porém, esse quadro deverá reverter-se com a perspectiva de aumento do consumo de fertilizantes em 1996, prevendo-se que as importações situem-se pelo menos no mesmo nível de 1995.

Segundo fontes do setor, os preços praticados no mercado internacional do cloreto de potássio, principal produto importado, mostraram-se estáveis, enquanto os preços de alguns produtos intermediários para fertilizantes aumentaram. Por exemplo, o preço do sulfato de amônio nos Estados Unidos, que foi cotado em US\$55-65/t-FOB a granel em junho de 1995, passou para US\$65-70 no mesmo mês de 1996. No caso de algumas matérias-primas, como ácido fosfórico e fosfatos naturais não moídos, as cotações também cresceram, no referido período, por sua vez outras diminuíram, como por exemplo, o enxofre e a amônia anidra.

Os preços médios de fertilizantes pagos pelos produtores, na Região Centro-Sul, no período de janeiro a junho de 1996, mostraram acréscimos em relação ao mesmo período do ano precedente. Em junho de 1996, o preço na Região situou-se, na média, em US\$225,96/t (Tabela 9).

No primeiro trimestre de 1996, as vendas de fertilizantes no Brasil apresentaram retração de 10,7% em relação a igual período de 1995. Contudo, recuperaram-se no segundo trimestre de 1996, fazendo com que as entregas de fertilizantes ao consumidor final, acumuladas

no período de janeiro a junho de 1996, totalizassem 3,582 milhões de toneladas, com acréscimo de 6,2%, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

O aumento das entregas, no referido período, foi observado especialmente em Mato Grosso, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entretanto, em alguns Estados, registrou-se decréscimo da demanda, como Minas Gerais, Goiás/Distrito Federal/Tocantins e Pernambuco. No caso específico de São Paulo, as entregas de fertilizantes situaram-se praticamente no mesmo nível do ano anterior (decréscimo de 0,6%).

No primeiro semestre de 1996, o Estado que mais demandou fertilizantes foi o de São Paulo com 1,124 milhão de toneladas, respondendo por 31,4% do total nacional, seguido do Paraná (15,1%), Rio Grande do Sul (11,4%) e Minas Gerais (10,5%).

Em julho de 1996, estima-se que as vendas de fertilizantes no Brasil tenham crescido cerca de 37,7%, em comparação com o mesmo mês de 1995, sendo entregue em torno de 923 mil toneladas de produto.

A previsão do setor para 1996 é que as entregas de fertilizantes ao consumidor final no Brasil aumentem entre 7% e 10%, em relação ao ano anterior, ou seja, atingindo em torno de 11,6 a 11,9 milhões de toneladas de produto. Os principais fatores que contribuem para essa expectativa favorável são: a) securitização das dívidas dos produtores; b) divulgação do Plano de Safra 1996/97 pelo Governo, em tempo hábil, com o anúncio de liberação de maior volume de recursos para financiar a atividade; c) comportamento de preços favoráveis de alguns produtos agrícolas no mercado internacional, como soja e milho; d) aumento do consumo de fertilizantes na cultura do trigo, com destaque para o Estado do Paraná; e e) perspectivas de aumento da área plantada de diversas culturas na safra 1996/97.

No caso da cultura da laranja, especificamente, estima-se que haja uma redução no consumo de fertilizantes em 1996, em função da relação de troca entre produto/insumum bastante desfavorável para os citricultores.

Com a projeção de uma maior concentração das entregas no segundo semestre de 1996, poderá ocorrer, conforme se observam tradicionalmente no setor, problemas de transporte, como falta de caminhões e elevação dos fretes.

TABELA 9 - Preço Médio de Fertilizantes Pago pelo Produtor, Região Centro-Sul, Brasil, 1993-96¹

(em US\$/t)

Mês	1993	1994	1995	1996
Jan.	164,08	163,56	199,78	225,81
Fev.	159,39	163,06	199,04	230,25
Mar.	154,84	164,37	189,68	232,06
Abr.	149,94	166,71	188,49	232,68
Mai	150,43	165,65	188,72	228,85
Jun.	157,82	167,93	186,14	225,96
Jul.	161,19	176,13	182,19	...
Ago.	165,09	178,86	190,16	...
Set.	167,26	186,46	208,64	...
Out.	167,52	188,65	218,18	...
Nov.	168,73	188,82	225,10	...
Dez.	165,17	196,17	222,30	...
Média	160,95	175,53	199,87	229,27

¹Preço dos fertilizantes: FOB fábrica, pago pelo agricultor, equivalente à vista, inclui ICMS.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

3.4 - Máquinas Agrícolas

O setor de máquinas agrícolas pode ter seu pior ano da história recente em 1996. Após um curto período de euforia, que teve seu auge em 1994, quando foram vendidas 45.600 unidades no mercado interno, as vendas foram reduzidas sensivelmente em 1995 (21.337 unidades), e, no presente ano, as estimativas mais otimistas apostam em algo em torno de 15.000 unidades. De janeiro a julho de 1996, o mercado interno absorveu 7.102 unidades, sendo 5.647 tratores de rodas, 651 colheitadeiras, 485 cultivadores motorizados e 319 tratores de esteira (Tabela 10). Aparentemente fica descartada a hipótese de que a agricultura brasileira estaria entrando em um novo ciclo de mecanização, após um processo de deterioração do parque de máquinas, iniciado no final da década passada.

As reduções mais impressionantes ocorrem nas máquinas mais tradicionalmente ligadas à agricultura moderna, como os tratores de rodas e as colheitadeiras. No caso dos tratores, apesar de os últimos meses sugerirem uma certa recuperação quando se considera o início do ano, não se pode deixar de levar em conta que sazonalmente as vendas aumentam no início do ano agrícola. Mais ainda, comparando-se os números de 1996 com os de 1995, a sensação é de desalento. Apenas alguns dados, como exemplo: em janeiro de 1995, 2.301 unida-

des vendidas, contra 340 deste ano; em julho de 1995 foram comercializadas 1.189 unidades, enquanto, em 1996, as vendas atingiram apenas 986 unidades (Figura 1).

Com as colheitadeiras ocorreu um fenômeno curioso. As vendas despencaram dramaticamente a partir de março de 1995, mas estão se recuperando. Mesmo considerando um pico em fevereiro e março de 1996, quando foram adquiridas, em média, 200 unidades, e a redução subsequente, os resultados de abril a julho deste ano são melhores do que os do mesmo período de 1995 (Figura 2).

Como explicar essa súbita mudança nas tendências? Quais teriam sido as transformações pelas quais a agricultura e a economia brasileira teriam passado, num período tão curto, que justificassem o que aparentemente é uma drástica revisão das expectativas dos produtores rurais? Uma vez que a tentativa de entendimento de acontecimentos passados é, além do exercício de análise, uma forma de montagem de esquemas tentativos de prognóstico, convém apontar algumas idéias que podem ser úteis nessa tarefa.

De início, pode-se lembrar que as máquinas agrícolas são, e assim são percebidas pelos agricultores, bens de capital, um investimento que custa caro e é amortizado no longo prazo, geralmente não são adquiridas com recursos próprios e não são essenciais ao proces-

TABELA 10 - Evolução da Produção e Vendas de Tratores, Brasil, 1993-96
(em unidade)

Item	1993	1994	1995	1996 ¹
Cultivador motorizado				
Produção	1.403	1.538	1.568	603
Vendas no mercado interno	1.095	1.308	1.210	485
Exportação	336	283	327	108
Total das vendas	1.431	1.591	1.537	593
Trator de esteira				
Produção	1.215	1.705	1.885	913
Vendas no mercado interno	908	1.180	1.120	319
Exportação	518	545	723	561
Total das vendas	1.426	1.725	1.843	880
Trator de roda				
Produção	25.167	42.372	21.044	8.454
Vendas no mercado interno	21.882	39.063	17.584	5.647
Exportação	2.893	3.142	3.138	2.821
Total das vendas	24.775	42.205	20.722	8.468
Colheitadeiras				
Produção	3.452	5.326	2.371	1.321
Vendas no mercado interno	2.735	4.049	1.423	651
Exportação	611	1.204	948	826
Total das vendas	3.346	5.253	2.371	1.477
Máquinas agrícolas				
Produção	31.237	50.941	26.868	11.291
Vendas no mercado interno	26.620	45.600	21.337	7.102
Exportação	4.358	5.174	5.136	4.316
Total das vendas	30.978	50.774	26.473	11.418

¹Resultado parcial correspondente ao período de janeiro a julho.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

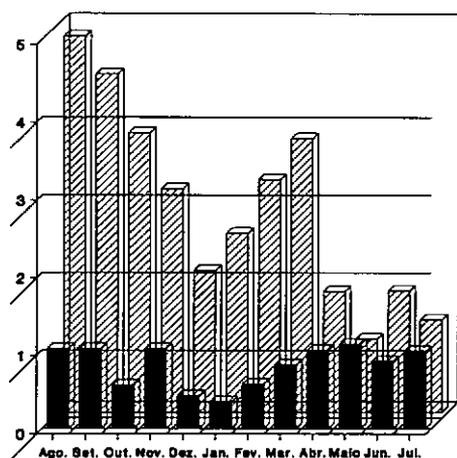


Figura 1 - Venda de Tratores de Roda no Mercado Interno, Agosto de 1994 a Julho de 1996.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

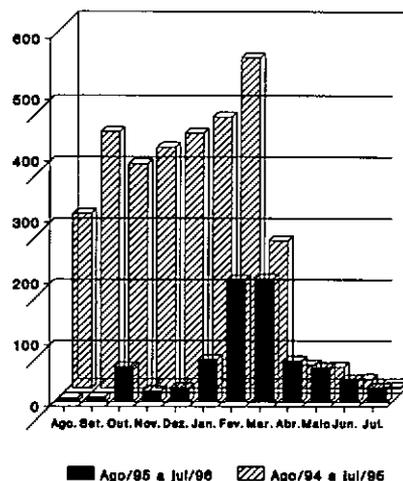


Figura 2 - Vendas de Colheitadeiras no Mercado Interno, Agosto de 1994 a Julho de 1996.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

so produtivo no curto prazo, podendo ser substituídas por mão-de-obra. Nesse sentido, uma primeira variável que poderia interferir na disposição dos produtores de investir em máquinas é a sua renda. De difícil mensuração, a renda agrícola pode ser aproximada pelo valor da produção do conjunto dos produtos relevantes.

A observação dessa variável, de forma geral, revela a correlação esperada. No período que vai de 1993 ao início de 1995, os preços reais dos produtos agrícolas estiveram estáveis ou em elevação. Ao mesmo tempo, a produção agrícola aumentou, e a economia se recuperou da crise que caracterizou os primeiros anos da década. Concomitantemente, a aquisição de máquinas agrícolas se elevou consideravelmente. Na safra de 1995, como amplamente conhecido, os preços se aviltaram e a renda dos produtores foi reduzida drasticamente. Algumas estimativas indicam que as perdas do setor atingiram R\$9 bilhões. Conseqüentemente, as vendas de máquinas se ressentiram, reduzindo-se bastante a partir de agosto de 1995. Neste último ano agrícola, entretanto, nota-se alguma recuperação dos preços. Para o Estado de São Paulo, pelo menos, a comparação dos preços de produtos selecionados entre os trimestre maio-julho de 1995 e 1996 indica aumento de aproximadamente 27% em termos nominais, que corresponde a um crescimento real de 14%¹⁰. Nesse período, entretanto, a resposta dos produtores em relação à aquisição de máquinas não foi pronta, como observado.

A disponibilidade de crédito é outro fator considerado importante para viabilizar o acesso do produtor rural às máquinas agrícolas. A Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), através do FINAME rural, tem sido a principal fonte desses recursos. Em 1994, o valor total de financiamentos do FINAME rural atingiu US\$970 milhões. No ano seguinte, esse montante caiu praticamente pela metade (US\$422,4 milhões). A redução expressiva da disponibilidade de crédito não parece ser o maior problema. As taxas de juros amedrontam os produtores. Baseadas na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 6% ao ano¹¹, o custo anual dos finan-

ciamentos do FINAME ficam em torno de 25%, o que equivale a uma taxa real de aproximadamente 12%. Apesar de ser uma taxa modesta quando comparada com as praticadas para outros ramos da atividade econômica, as incertezas, sobretudo de preços, que caracterizam a produção agrícola não estimulam a tomada desse tipo de crédito. Em aditamento, verificou-se aumento substancial da inadimplência dos mutuários do FINAME, o que aumentou a cautela dos bancos comerciais repassadores desses recursos. Com isso, aumentaram as exigências (reciprocidade), dificultando mais ainda as aquisições de máquinas.

Alguma coisa precisa ser dita sobre os custos de aquisição desse tipo de bem de capital. Sob esse ponto de vista, a situação é duplamente favorável aos agricultores. Por um lado, a recuperação dos preços agrícolas melhorou consideravelmente as relações de troca. Como exemplos, enquanto em 1995 eram necessárias 10.412 arrobas de algodão para adquirir uma colheitadeira MF 3640, neste ano, essa exigência caiu para 8.735 (-16%). Para feijão e soja, as coisas andaram melhor ainda, com quedas nas relações de troca de 40% e 36%, respectivamente. Apenas café, dentre os produtos examinados, destoou dessa tendência (Tabela 11). A quantidade de sacas do produto necessárias para adquirir máquinas agrícolas praticamente não se alterou. Note-se, entretanto, que essas mudanças não significam ganhos apreciáveis de médio prazo. Apenas houve o retorno ao patamar observado antes do ano particularmente ruim de 1995. Por outro lado, os preços desse tipo de equipamento vêm declinando, em termos reais, desde julho de 1994. De julho de 1994 a julho de 1996, houve redução real de 27% nos preços de um trator de rodas de 61cv e de 24% no caso de uma colheitadeira MF 3640 (Figura 3). Não é demais observar que isso ocorreu quando as vendas de máquinas agrícolas declinaram dramaticamente.

O exame das variáveis que são consideradas relevantes na explicação do comportamento do setor agrícola no que tange à mecanização não permite uma análise conclusiva, sobretudo no que se refere a algum tipo de previsão. Obviamente não se pode esquecer que o lapso considerado foi reduzido, e, ademais, sabe-se da debilidade da base empírica na validação de teorias econômicas. Todavia, a experiência não deve ser desprezada. Ao contrário, se associada a informações que ultrapassam a

¹⁰Estimativa feita a partir de um índice Laspeyres de preços de algodão, amendoim, arroz, café, feijão, milho e soja, ponderados pela produção de 1995, com dados do IEA para o Estado de São Paulo.

¹¹Para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

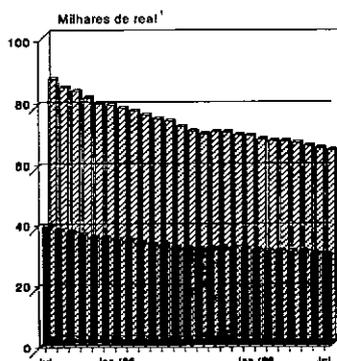
TABELA 11 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir um Trator de 61cv e uma Colheitadeira MF 3640, Estado de São Paulo, 1993-96¹

Produto	Unidade	1993		1994	
		61cv	Colheitadeira	61cv	Colheitadeira
Algodão	15kg	5.248	8.409	4.453	9.732
Amendoim	60kg	3.493	5.760	4.159	9.089
Arroz	60kg	2.927	5.084	2.602	5.687
Café	40kg	488	879	199	435
Feijão	60kg	771	1.100	755	1.651
Milho	60kg	4.110	7.255	4.338	9.481
Soja	60kg	2.562	4.797	2.542	5.554

Produto	Unidade	1995		1996	
		61cv	Colheitadeira	61cv	Colheitadeira
Algodão	15kg	4.765	10.412	4.187	8.735
Amendoim	60kg	3.871	8.459	3.794	7.915
Arroz	60kg	3.131	6.843	2.489	5.193
Café	40kg	212	462	240	501
Feijão	60kg	1.113	2.432	691	1.441
Milho	60kg	4.848	10.595	3.802	7.935
Soja	60kg	3.334	7.285	2.228	4.650

¹Tomaram-se como base os preços médios recebidos e pagos pelos produtores no trimestre maio-julho de cada ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.



¹Em valores reais de julho de 1996.

Figura 3 - Preços Reais do Trator de Rodas e da Colheitadeira, Estado de São Paulo, Julho de 1994 a Julho de 1996.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

visão conjuntural, pode ser de grande valia. As bruscas mudanças no comportamento do produtor quanto à aquisição de máquinas agrícolas, e também de importantes insumos, refletem insegurança quanto à própria atividade. Insegurança que não é apenas derivada das características

inerentes ao processo produtivo próprio da agricultura, mas, sobretudo, dos fatores econômicos. Nesse aspecto é forçoso reconhecer que as autoridades não se preocupam em implementar uma política agrícola que, a exemplo das européia e americana, seja eficaz na estabilização dos preços agrícolas a longo prazo. Isso permitiria ao agricultor algum tipo de planejamento, de resto sempre necessário em qualquer tipo de empreendimento.

3.5 - Sementes

A produção brasileira de sementes melhoradas das principais culturas (algodão, arroz, feijão, milho e soja) para a safra das águas 1996/97, estimada pela Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM), mostra crescimento apenas na oferta de sementes de arroz (7%), e decréscimos nos casos de algodão (-16%), feijão (-29%), milho (-7%) e soja (-7%), com sinais de escassez de sementes melhoradas dos principais grãos, mesmo no caso de permanência de áreas cultivadas com

essas culturas nos patamares da safra anterior. Na oferta de sementes para a safra das águas 1996/97, o Estado de São Paulo tem participação significativa na produção nacional de sementes melhoradas de algodão (33,2%), feijão (44,2%) e milho (49,7%) (Tabela 12). As estimativas de oferta e demanda de sementes melhoradas das principais culturas no Estado de São Paulo para a safra das águas 1996/97 apresentam o seguinte panorama (Tabelas 13 a 15):

- **Algodão:** a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), através da Divisão de Sementes e Mudanças (DSMM), está oferecendo 7.760 toneladas de sementes melhoradas de algodão produzidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (SAA), com provável excedente de 3.797 toneladas, disponíveis para os cotonicultores dos demais estados, caso a safra paulista permaneça nos níveis do ano anterior. Salienta-se que a cultura de algodão no Estado de São Paulo, para a safra das águas 1996/97, está sendo 100% contemplada com a variedade IAC-22, lançada oficialmente em 1995 pelo Instituto Agrônomo (IAC). Esta variedade apresenta, além da produtividade agrônômica significativamente maior em relação às variedades que a antecederam, maior precocidade, maior resistência às principais doenças (mancha angular, murcha de *Fusarium*, murcha de *Verticillium*, nematóides, ramulose e murchamento vermelho), prometendo ganhos de produtividade direta (através da produtividade física) e produtividade indireta (através da maior resistência às pragas e doenças). Além disso, a maior adaptação edafo-climática, aliada à maior tolerância ao bicudo por sua precocidade, torna a variedade IAC-22 promissora para todas as regiões do Estado de São Paulo. O preço de sementes de algodão, fixado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, é de R\$0,33 por quilo.

- **Amendoim:** com as quantidades ofertadas e demandadas estimadas em 3.294 e 3.323 toneladas, respectivamente, espera-se no mercado paulista de sementes de amendoim ajuste estreito na oferta e demanda, caso a área com a cultura permaneça nos níveis do ano anterior, considerando-se a taxa de utilização de sementes melhoradas de 50%. A oferta apertada está refletida na relação de preço de sementes/preço de grãos das empresas privadas (1,76) nesta safra, principalmente quando comparada à relação do ano anterior (1,57).

- **Arroz irrigado:** a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, única produtora de semen-

tes melhoradas de arroz irrigado no Estado, está oferecendo através da CATI, 222 toneladas desse insumo. Considerando taxa de utilização de sementes melhoradas de 30%, e área plantada nos níveis da safra anterior, serão necessárias cerca de 541 toneladas do insumo para a orizicultura irrigada paulista, prevendo-se déficit de 318 toneladas pelo lado da oferta. A relação de troca grão/semente nesta safra (2,57) não é maior que a da safra anterior (2,64).

- **Arroz de sequeiro:** a produção de sementes melhoradas de arroz de sequeiro no Estado de São Paulo para a safra das águas 1996/97 totaliza 788 toneladas, com participação de 54,3% da Secretaria da Agricultura e de 45,7% das empresas privadas. Com a demanda efetiva estimada em torno de 1.057 toneladas, poderá haver déficit de 269 toneladas no suprimento do insumo, sendo que os preços relativos de semente/grão situam-se em 2,19 e 3,33, para sementes da Secretaria da Agricultura e empresas privadas, respectivamente.

- **Feijão:** a produção de sementes melhoradas de feijão no Brasil é conduzida tradicionalmente pelas pequenas e médias empresas sementeiras, pelas cooperativas e pelo setor público, dada a baixa atratividade nos seus preços. Além disso, o fato de haver três culturas anuais (das águas, da seca e de inverno), com curto ciclo de produção (90 dias), ao lado de crescente irrigação mecanizada, tornou a oferta de feijão quase contínua durante o ano agrícola. Esse panorama da produção de feijão, tanto para grãos quanto para sementes, oferece ambigüidades na análise do mercado de sementes, dificultando o cálculo de estimativas. As taxas de utilização de sementes melhoradas geralmente situam-se entre 10% e 20% na agricultura paulista e em muitos estados brasileiros, embora existam em segmentos pontuais altas taxas de utilização de sementes melhoradas, beirando 80%. Os paradoxos do mercado de sementes melhoradas de feijão estão refletidos nesta safra quando se analisam as quantidades ofertadas e demandadas e os preços relativos do insumo/grão. Para uma demanda estimada em 1.762 toneladas, a Secretaria da Agricultura está oferecendo 1.840 toneladas de sementes melhoradas de feijão, a R\$1,30 por quilo, enquanto a produção planejada (sujeita à quebra de safra) das empresas privadas é de 5.513 toneladas, sendo comercializada a R\$0,90 por quilo em agosto, época pico de plantio de feijão das águas. Entretanto, os contatos com as cooperativas e pequenas empresas

TABELA 12 - Evolução da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas, Brasil, 1992/93 a 1995/96 e Participação Relativa do Estado de São Paulo na Safra 1995/96

(em tonelada)

Produto	Brasil				São Paulo	São Paulo/
	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96 ¹ (a)	1995/96 ¹ (b)	Brasil (b)/(a) (%)
Algodão	28.561	23.544	27.668	23.376	7.760	33,2
Arroz ²	166.880	185.546	138.836	149.054	1.001	0,7
Feijão	17.176	29.285	23.339	16.636	7.353	44,2
Milho	148.000	142.071	160.228	149.280	74.261	49,7
Soja	988.000	1.033.390	830.900	775.155	85.391	11,0
Total	1.348.617	1.413.836	1.180.971	1.113.501	175.766	15,8

¹Estimativa para a safra 1995/96, sujeita à quebra na colheita, estimada em 22/08/96.

²Arroz irrigado e de sequeiro.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (ABRASEM), para a produção brasileira, e da Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), para a produção paulista.

TABELA 13 - Estimativa da Demanda e Oferta de Sementes Melhoradas Produzidas no Estado de São Paulo, para o Plantio da Safra das Águas, 1996/97

Espécie	Área estimada ¹ (1.000ha)	Taxa de utilização de sementes ² (%)	Densidade (kg/ha)	Demanda	Oferta interna	Saldo
				efetiva (t) (a)	do Estado ³ (t) (b)	(t) (b)-(a)
Algodão	119,00	90	37	3.962,70	7.760,19	3.797,49
Amendoim	49,60	50	134	3.323,20	3.294,11	-29,09
Arroz irrigado	18,05	30	100	541,50	222,72	-318,78
Arroz de sequeiro	85,97	30	41	1.057,43	788,44	-268,99
Feijão ⁴	176,17	20	50	1.761,70	7.353,07	5.591,37
Milho	792,77	70	23	12.763,60	74.261,35	61.497,75
Soja	484,90	80	90	34.912,80	85.391,62	50.478,82

¹Utilizou-se como referência a área cultivada na safra 1995/96, levantada pelo IEA/CATI em junho de 1996, dada a inexistência no momento de intenção de plantio da safra das águas 1996/97.

²A taxa de utilização de sementes melhoradas foi baseada em ANUÁRIO ABRASEM 96, com exceção da cultura de amendoim, que foi baseada em informações do mercado.

³Oferta de sementes sujeita à quebra na colheita, estimada em 22/08/96.

⁴Feijão das águas, seca e inverno.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 14 - Estimativa da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas do Estado de São Paulo, Safra 1995/96

Espécie	Quantidade de sementes (t)			Participação relativa (%)	
	Secretaria da Agricultura (a)	Empresas privadas ¹ (b)	Total (c)	Secretaria da Agricultura (a)/(c)	Empresas privadas (b)/(c)
Algodão	7.760,19	-	7.760,19	100,0	-
Amendoim	18,40	3.275,71	3.294,11	0,6	99,4
Arroz de sequeiro	428,44	360,00	788,44	54,3	45,7
Arroz irrigado	222,72	-	222,72	100,0	-
Feijão	1.840,00	5.513,07	7.353,07	25,0	75,0
Milho híbrido	-	69.154,51	69.154,51	-	100,0
Milho variedade	1.815,24	3.291,60	5.106,84	35,5	64,5
Soja	677,56	84.714,06	85.391,62	0,8	99,2

¹Plano de Produção, sujeito à quebra na colheita, dados fornecidos em 22/08/96.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

TABELA 15 - Preços de Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo, Agosto de 1996

(em R\$/kg)

Espécie	Preço de semente		Preço do produto ¹ (c)	Relação de troca (%)	
	Secretaria da Agricultura (a)	Empresas privadas (b)		(a)/(c)	(b)/(c)
Algodão	0,33	-	0,26	1,27	-
Amendoim	0,90	1,20	0,68	1,32	1,76
Arroz irrigado	0,54	-	0,21	2,57	-
Arroz de sequeiro	0,46	0,70	0,21	2,19	3,33
Feijão	1,30	0,90	0,76	1,71	1,18
Milho híbrido	-	1,55	0,13	-	11,92
Milho variedade	0,83	1,16	0,13	6,38	8,92
Soja	0,40	0,55	0,22	1,82	2,50

¹Preço do produto em julho/96, sendo que no caso do algodão foi considerado 54% do preço de algodão em caroço.

Fonte: Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

produtoras de sementes melhoradas de feijão sugerem escassez desse insumo ofertado por parte de empresas privadas na segunda quinzena de agosto, situação que explica o preço praticado pela Secretaria da Agricultura. Além disso, considerando-se que há expectativa de aumento na área cultivada de cerca de 15%, com provável incremento na taxa de utilização de sementes melhoradas para 30%, devido à entrada de novos produtores no mercado, pode-

se reestimar a demanda efetiva em torno de 3.000 toneladas, alterando consideravelmente o cenário anterior. Nesta safra, a relação de troca grão/semente é 1,71 para as sementes de feijão da Secretaria da Agricultura e 1,18 para as empresas privadas, quando no ano anterior o índice foi de 1,58 em ambos os casos.

- **Milho:** o Estado de São Paulo produziu mais de 74 mil toneladas de sementes melhoradas de milho para a safra das águas de 1996/97, repre-

sentando 50% da produção nacional. A demanda efetiva, estimada para os agricultores paulistas, é de 12.764 toneladas, com excedente de 61.498 toneladas disponíveis para uso dos demais estados brasileiros, sendo que esse excedente é maior que o da safra anterior (37.600 toneladas). A abundância da produção paulista no mercado de sementes de milho está refletida na evolução da relação de troca grão/semente que, neste ano, situa-se em 11,92 no segmento de milho híbrido (93% da produção paulista) e que no ano anterior foi 13,50. A Divisão de Sementes, Mudanças e Matrizes da CATI/SAA abandonou a produção de sementes de milho híbrido desde a safra anterior, entrando com milho variedade desenvolvido pelos seus agrônomos, visando produtividade, rusticidade, tolerâncias às pragas e estresse hídrico e acamamento.

- **Soja:** a produção paulista de sementes melhoradas de soja está estimada em 677 toneladas ofertadas pela DSMM/CATI e 84.714 toneladas por parte das empresas privadas, para uma demanda efetiva estadual estimada em torno de 35.000 toneladas. Entretanto, no momento (final de agosto de 1996), essa estimativa de produção das empresas particulares está sendo revista, podendo sofrer drástica redução (em torno de 70%), devido à quebra na safra, o que mudaria o quadro de oferta e demanda, de superavitária para ligeiramente deficitária, para a demanda efetiva estimada em 35.000 toneladas. Observa-se que a sojicultura paulista tradicionalmente recorre à produção dos demais estados brasileiros produtores de soja no suprimento desse insumo, sobretudo no tocante às opções de variedades ofertadas pelos demais estados produtores. A relação de troca grão/semente das empresas privadas, que ocupam 99% do mercado, permanece no mesmo patamar do ano anterior (2,50).

4 - MERCADO DE PRODUTOS

No presente capítulo é analisado o conjunto de variáveis que influenciam os agricultores na tomada de decisão com relação à área que deverá ser destinada ao cultivo dos principais grãos. Foram considerados o comportamento dos mercados, em termos físicos e de preços, as estimativas de custo de produção de cada atividade, bem como a influência dos instrumentos de política agrícola definidos para a safra 1996/97.

4.1 - Algodão

A produção mundial de algodão em pluma atingiu 19,73 milhões de toneladas na safra 1995/96, superior em 5,9% à obtida anteriormente. A oferta total apresentou expansão de 2,9%, alcançando 31,98 milhões de toneladas, enquanto o consumo, de 18,55 milhões de toneladas, teve acréscimo de 0,6%. O comércio internacional movimentou 5,87 milhões de toneladas, acusando queda de demanda de 12,5%, em função da diminuição de 6,0% nas importações por parte dos tigres asiáticos, e pelas menores aquisições da China, do Paquistão e da Índia, em função da recuperação da oferta naqueles países, entre os principais fatores. Neste contexto, o estoque final foi expandido em 15,2%, totalizando 7,35 milhões de toneladas, conforme o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (Tabela 16).

TABELA 16 - Suprimento Mundial de Algodão em Pluma, 1994/95 a 1996/97¹

(em milhão de toneladas)

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	5,7	6,4	7,4
Produção	18,6	19,7	19,4
Importação	6,7	5,9	5,8
Oferta	31,1	32,0	32,5
Consumo	18,4	18,6	18,9
Exportação	6,2	6,0	5,9
Estoque final	6,4	7,3	7,7

¹Ano comercial de agosto a julho.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Esse quadro reverte a tendência decrescente dos estoques mundiais, que vinham pressionados pela quebra de safra em países grandes produtores e implicaram elevação recorde do nível das cotações internacionais em 1994/95, caracterizando aquela safra como atípica. Com a retomada das condições normais de oferta, o nível médio dos preços praticados, durante o primeiro semestre de 1996, apresentou redução de 17,5% em comparação ao mesmo período da temporada anterior. Considerando-se o ano comercial (agosto a julho), as cotações registraram, em média, queda de 6,3% (Tabela 17).

TABELA 17 - Cotações Internacionais de Algodão em Pluma, 1994-96¹

Mês	1994	1995	1996 ²
Jan.	67,7	95,6	86,3
Fev.	80,7	100,9	85,1
Mar.	81,8	110,7	83,2
Abr.	83,9	113,8	82,8
Mai	86,1	106,6	82,9
Jun.	85,5	90,7	83,0
Jul.	81,0	87,4	79,1
Ago.	76,7	85,1	...
Set.	75,1	91,2	...
Out.	74,1	91,1	...
Nov.	77,6	89,2	...
Dez.	87,2	88,0	...
Média	79,8	95,9	83,2
1994/95 ³	91,4		
1995/96 ³	85,6		

¹Índice de Outlook "A" do Liverpool Cotton Service (média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão).

²As cotações médias de maio a julho de 1996 foram elaboradas a partir de dados da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

³Refere-se à média da safra, de agosto a julho.

Fonte: World Cotton Situation (USDA) e Boletim Diário da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

Para a temporada 1996/97 está prevista redução de 1,8% na produção, a qual deve ser de 19,38 milhões de toneladas. A safra deve ser iniciada com estoques relativamente elevados, de 7,35 milhões de toneladas, indicando acréscimo de 15,2% em comparação ao volume existente em 1995/96. Dessa forma, os estoques de passagem deverão compensar o decréscimo na produção e contribuir para a elevação de 1,7% na oferta, enquanto o consumo também deverá ser superior e atingir 18,94 milhões de toneladas. O quadro de comércio dessa fibra deverá ter continuidade na próxima safra, com estimativas de quedas de 1,4% nos volumes a serem importados e de 2,8% relativos às exportações. Ressalta-se a manutenção do crescimento dos estoques mundiais ao final da safra, os quais deverão totalizar 7,67 milhões de toneladas, 4,4% superior ao da safra precedente (Tabela 16).

Entre os principais países produtores destaca-se que na China o balanço de oferta e demanda deve seguir a mesma tendência mundial de elevação do estoque inicial, redução na

produção e menor volume a ser adquirido externamente, o que dá indícios que as aquisições deste país não deverão exercer forte influência no sentido de elevação do nível das cotações como ocorrido em 1994/95. Nos Estados Unidos, maior exportador mundial, a produção deverá crescer 6,0%, totalizando 4,13 milhões de toneladas, enquanto deve haver diminuição de 15,4% nas exportações, implicando um crescimento de 69,0% nos estoques finais. Na Argentina, que junto com os Estados Unidos e Paraguai constituem os principais fornecedores de algodão para o Brasil, os estoques iniciais deverão aumentar 33,0%, a produção deverá ter acréscimo de 8,3%, destacando-se o crescimento previsto para as exportações da ordem de 45,0%, dando indícios que aquele país deve firmar sua posição entre os principais exportadores de algodão no mundo.

Tendo em vista o cenário que deverá predominar no mercado internacional de algodão, envolvendo o enfraquecimento do comércio e estoques crescentes, a tendência é de continuidade de queda nas cotações ao longo da temporada 1996/97. Este panorama deverá ter implicações no mercado brasileiro, no sentido de favorecer ainda mais as importações dessa fibra.

A produção brasileira de algodão em pluma correspondeu a 414,6 mil toneladas, na safra 1995/96, representando uma diminuição de 22,8% em comparação à obtida anteriormente, resultante de retração de 20,8% na área cultivada e de queda de 2,6% na produtividade média. A diminuição do cultivo do algodão, que tem sido uma constante desde a década de 80, tornou-se mais acentuada ao longo dos últimos anos. Os 973,3 mil hectares plantados nesta temporada corresponderam a apenas 29,0% da área cultivada em 1985/86, sendo que em relação à área média dos últimos cinco anos, verificou-se redução de 24,0%. Na Região Centro-Sul, que respondeu por 81,0% do total nacional, a produção foi de 333,6 mil toneladas, 25,8% menor que a obtida em 1994/95. Nos principais Estados produtores, Paraná e São Paulo, a retração na área cultivada foi de 30,0% em ambos, com reduções na produção de 32,0% e de 43,0%, respectivamente. Nesta Região, somente em Goiás foi registrada expansão de área, da ordem de 16,0%, com volume produzido 13,3% maior que o anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (Tabelas 18 e 19).

Apesar da drástica redução na produção de algodão, sobretudo no Estado de São

TABELA 18 - Estimativa de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma, Brasil, 1993/94 a 1995/96

(em 1.000t)

Item ¹	1993/94	1994/95 ²	1995/96 ³
1 - Estoque inicial	160,9	170,4	138,3
2 - Produção	483,1	541,8	414,6
3 - Importação	367,3	282,3	360,0
4 - Suprimento (1+2+3)	1.011,3	994,5	912,9
5 - Consumo	836,6	803,7	800,0
6 - Excedente (4-5)	174,7	190,8	112,9
7 - Exportação	4,3	52,5	35,0
8 - Estoque final (6-7)	170,4	138,3	77,9

¹A data-base referente ao estoque inicial é 01/03 de cada ano.

²Dados preliminares.

³Dados projetados.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 19 - Área, Produção e Produtividade Média da Cultura de Algodão, Principais Estados Produtores, Brasil, 1994/95 e 1995/96

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t) ¹		
	1994/95	1995/96	Variação (%)	1994/95	1995/96	Variação (%)
Paraná	282,0	197,4	-30,0	175,7	119,5	-32,0
São Paulo	172,6	120,8	-30,0	111,2	63,4	-43,0
Minas Gerais	77,0	50,1	-34,9	27,0	23,1	-14,4
Mato Grosso	72,6	58,1	-20,0	38,9	33,1	-14,9
Mato Grosso do Sul	65,7	63,7	-3,0	44,8	35,7	-20,3
Goiás	65,9	76,4	15,9	51,9	58,8	13,3
Região Centro-Sul	735,8	566,5	-23,0	449,6	333,6	-25,8
Brasil	1.228,5	973,3	-20,8	537,1	414,6	-22,8

Estado	Produtividade (kg/ha) ²		
	1994/95	1995/96	Variação (%)
Paraná	1.780,0	1.730,0	-2,8
São Paulo	1.840,0	1.500,0	-18,5
Minas Gerais	1.000,0	1.320,0	32,0
Mato Grosso	1.530,0	1.630,0	6,5
Mato Grosso do Sul	1.950,0	1.600,0	-17,9
Goiás	2.250,0	2.200,0	-2,2
Região Centro-Sul	1.745,0	1.683,0	-3,6
Brasil	1.249,0	1.217,0	-2,6

¹Refere-se a algodão em pluma.

²Produtividade expressa em algodão em caroço.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Paulo, o comportamento dos preços de algodão em caroço foi desfavorável durante a comercialização em 1995/96, ficando em patamar inferior à média das duas safras precedentes. Em termos reais, o preço médio recebido pelos cotonicultores paulistas, durante os meses de março a maio, de R\$6,98/@, acusou queda de 9,3% e de 16,5%, respectivamente, se comparados aos níveis praticados em 1993/94 e 1994/95 (Tabela 20). A situação de mercado em que se deu a comercialização dessa safra não diferiu muito do panorama observado em anos anteriores, marcados pela constância de desembarques de produto importado em pleno período de comercialização da safra nacional. Contudo, a qualidade nessa safra, em média, foi inferior à obtida anteriormente, em virtude de condições climáticas desfavoráveis durante a colheita, o que veio contribuir para pressionar ainda mais o nível de preços. Em 1995/96, de acordo com a classificação realizada pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), 50,5% do total de algodão em pluma produzido no Estado correspondeu aos tipos 6 para melhor, contra 67,7% em 1994/95 e 56,0% em 1993/94.

A oferta total de algodão no Brasil deve somar 912,9 mil toneladas, cujo decréscimo de 8,2% é atribuído às reduções tanto no estoque inicial quanto na produção. À semelhança do panorama de anos anteriores, a importação deve continuar participando expressivamente na complementação da oferta nacional,

devendo alcançar 360,0 mil toneladas, o que representa aumento de 27,5% em comparação ao volume do ano passado. Contando com condições de financiamento vigentes no mercado internacional, como prazos de pagamento de 180 dias e taxas anuais de juros de 7-8%, as importações devem aumentar sua participação no suprimento total, passando de 36,0% e de 28,0%, respectivamente, em 1993/94 e 1994/95, para 39,0% em 1995/96. O consumo de algodão no Brasil manterá a tendência decrescente, já verificada em 1995, devendo ser de 800,0 mil toneladas (-0,46%), enquanto os estoques finais devem totalizar 77,9 mil toneladas, volume 43,7% menor que o existente no ano passado, conforme a CONAB (Tabela 18).

Em 1996, o Brasil deverá exportar 35,0 mil toneladas de algodão em pluma, o que representa diminuição de 33,0% em relação ao volume anterior. As exportações brasileiras, que se tornaram pouco expressivas em função dos menores níveis de produção, teriam na destinação ao mercado externo uma alternativa para o escoamento da safra. Neste caso, a desoneração das exportações, através da isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 13,0%, deverá contribuir para melhoria das condições de competitividade do produto brasileiro no mercado internacional.

A cotonicultura é uma atividade expressiva na cadeia produtiva de têxteis, posto que o

TABELA 20 - Preços Médios de Algodão em Caroço, Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1991-96

Mês	(R\$/15kg) ¹					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Jan.	7,30	5,84	7,44	7,06	8,03	7,22
Fev.	7,79	7,13	10,82	7,98	7,79	7,09
Mar.	9,15	6,74	9,66	8,77	7,71	6,88
Abr.	8,80	6,73	8,31	8,21	7,90	6,92
Mai	8,40	5,93	7,83	8,11	7,51	7,16
Jun.	7,91	5,78	7,16	7,57	7,66	7,22
Jul.	7,56	6,56	6,64	8,34	6,35	7,29
Ago.	7,20	7,17	6,59	8,25	6,30	...
Set.	6,77	7,06	6,60	8,24	6,37	...
Out.	6,53	7,10	6,48	8,20	6,88	...
Nov.	6,08	7,33	6,58	8,17	7,07	...
Dez.	5,49	7,67	6,79	8,15	7,28	...

¹Em R\$ de julho de 1996. Deflator: IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

algodão responde por 60,0% do consumo industrial de fibras. A produção brasileira de algodão, assim como a de têxteis, passa por um processo de transformação estrutural estreitamente relacionada à abertura do mercado brasileiro às importações tanto de matérias-primas quanto de manufaturados. A concorrência com manufaturados importados em diversos estágios de transformação, os quais também contam com condições favoráveis de financiamento externo, vem trazendo implicações para todas as etapas da cadeia produtiva de têxteis e vestuário ao longo dos últimos anos. Segundo o SINDITÊXTIL/ABIT, em 1995, o valor das importações de produtos têxteis (fibras têxteis, fios, filamentos artificiais/sintéticos, tecidos, confecções e outras manufaturas têxteis) apresentou crescimento de 73,0% em comparação ao registrado no ano anterior, resultando em déficit de US\$845 milhões na balança comercial desses produtos. O item com maior participação foi o de fibras têxteis por conta da fibra de algodão que representou 24,0% do total importado naquele ano. Neste contexto, o nível de utilização da capacidade instalada na indústria têxtil que correspondia a 89% no primeiro quadrimestre de 1995, caiu para 72% em janeiro de 1996, registrando recuperação para 82% em abril desse ano, permanecendo, contudo, abaixo do patamar verificado no mesmo período do ano passado, conforme a Fundação Getúlio Vargas. Durante o primeiro semestre de 1996, as importações de produtos têxteis foram reduzidas em 26,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo que a redução mais acentuada (-50,3%) se deu na categoria de filamentos e fibras artificiais e sintéticos, enquanto para algodão, fios e tecidos, o decréscimo equivaliu a 11,7%, conforme dados da Secretaria da Receita Federal, divulgados pela Gazeta Mercantil.

A partir de junho de 1996, seis categorias de manufaturados têxteis constituídas basicamente por tecidos artificiais/sintéticos e confecções (camisas de malhas de uso masculino) foram incluídos no sistema de cotas de importação para produtos procedentes de Taiwan, China, Hong Kong, Coréia e Panamá, justificado por problemas na indústria nacional decorrentes da concorrência predatória. Esse mecanismo também engloba preços mínimos e prazos de financiamento e deverá vigorar por três anos, com a possibilidade de ampliação anual de até 6% do volume inicialmente fixado. Esta restrição não deverá influenciar expressiva-

mente os setores que utilizam o algodão, uma vez que para essa matéria-prima o mercado continua aberto e sem nenhum tipo de medida compensatória. Neste contexto, a coticultura nacional deverá continuar enfrentando a concorrência com o produto importado.

A Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) a vigorar em 1997 é de 3,0%, mantendo a mesma alíquota vigente atualmente. A incidência de imposto de importação para terceiros países não tem impedido que os demais exportadores, sobretudo os Estados Unidos, aumentem sua participação no fornecimento de algodão para o Brasil. As exportações norte-americanas representaram a maior parcela (30,0%) do total dos negócios registrados na BM&F, no período de 1993/94 a 1995/96, seguido pelo produto oriundo do Paraguai, com 22,0%, e da Argentina com 12,0%. A tendência para a próxima safra é de continuidade da supremacia das exportações norte-americanas, principalmente após a retirada do "reintegro argentino", equivalente a 12,0%, o que deverá encarecer as importações brasileiras provenientes daquele país.

No Plano Agrícola para a safra 1996/97, as medidas aplicadas à lavoura do algodão continuam sendo diferenciadas em relação às demais culturas, com a finalidade de estimular o cultivo, com o valor de financiamento para custeio e comercialização de R\$300 mil por beneficiário, o mesmo montante estipulado para a safra passada. As mudanças relativas ao financiamento da comercialização compreendem a extinção do Empréstimo do Governo Federal Com Opção de Venda (EGF/COV) ao produtor, e a extensão da modalidade de crédito Sem Opção de Venda (EGF/SOV) a beneficiadores e indústrias, até o limite de 50% da capacidade de transformação, desde que tenham adquirido o produto pelo preço mínimo.

O preço mínimo fixado para algodão em caroço, em todo território nacional, é de R\$6,50/@, corrigido em 9,06%, mas ainda ligeiramente abaixo da taxa de inflação anual de 9,89%, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O preço mínimo de algodão em pluma foi fixado em R\$23,15/@, enquanto o preço de liberação de estoques (PLE) em R\$26,00/@, com variações de 5,2% e 18,8%, respectivamente.

Nas estimativas de custo de produção da lavoura de algodão, elaboradas pelo Instituto

de Economia Agrícola para a safra 1996/97, foram consideradas tanto a taxa de juros de 12,0% ao ano, relativas aos financiamentos de crédito rural oficial, quanto a de 24,0 % a.a. para outras fontes de recursos. Assim, para a Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Campinas, com produtividade de 159@/ha, o custo operacional total, com taxa de crédito rural, deve ser de R\$6,24/@, e no caso da utilização de outras fontes de recursos, de R\$6,58/@; enquanto para a DIRA de Presidente Prudente, cuja produtividade é de 127@/ha, os custos operacionais totais devem totalizar R\$6,48/@ e R\$6,55/@, respectivamente. Dessa forma, o preço mínimo deve cobrir integralmente os custos operacionais totais somente no caso da contratação de financiamento com recursos controlados. Acrescenta-se, no entanto, que, neste caso, a rentabilidade da cultura deve ser baixa, uma vez que a margem bruta na DIRA de Campinas deve equivaler a 4,0%, e apenas 0,3% em Presidente Prudente (Tabelas 21 e 22).

A DIRA de Presidente Prudente abriga a maior área cultivada com algodão no Estado de São Paulo e respondeu pelo segundo maior volume de produção na safra 1995/96. O impac-

to proveniente das dificuldades na comercialização do algodão tende a ser ampliado nessa região, por ser caracterizada pela pouca diversificação agrícola, predomínio de pequenos produtores arrendatários e fraca participação cooperativista. Dessa forma, a redução no cultivo dessa fibra deve ter implicações sociais, tanto no que diz respeito ao emprego rural, quanto no crescimento do contingente que deixou a atividade, podendo contribuir para o agravamento da questão agrária na região.

A despeito da cultura do algodão contar com as maiores correções de preços mínimos e maiores limites de financiamento de crédito rural nas duas safras precedentes, as dificuldades para a comercialização, decorrentes da continuidade de maciças importações, prevaleceram na decisão do cotonicultor que mais uma vez reduziu o cultivo na última safra, neutralizando as medidas de política agrícola, no período mais recente. O algodão nacional não conta com condições financeiras competitivas com as do produto importado. Contudo, a extensão de financiamentos de comercialização aos setores de beneficiamento e industrial deverá contribuir para a melhoria desse panorama.

TABELA 21 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 159@, DIRA de Campinas, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	77,71	0,49	76,71	0,48	7,90
Sementes/mudas	39,82	0,25	39,31	0,25	4,05
Adubos e corretivos	166,19	1,05	164,04	1,03	16,90
Defensivos	114,85	0,72	113,36	0,71	11,68
Operação de máquinas	169,25	1,06	167,06	1,05	17,22
Empreita	222,60	1,40	219,72	1,38	22,64
Custo operacional efetivo	790,42	4,97	780,20	4,91	80,40
Depreciação de máquinas	55,96	0,35	55,24	0,35	5,69
Encargos sociais diretos ²	25,64	0,16	25,31	0,16	2,61
CESSR ³	26,24	0,17	25,90	0,16	2,67
Seguro ⁴	44,26	0,28	43,69	0,27	4,50
Encargos financeiros ⁵	24,81	0,16	24,49	0,15	2,52
Outras despesas	15,81	0,10	15,61	0,10	1,61
Custo operacional total	983,14	6,18	970,43	6,10	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00 = R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 7% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 22 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 127@, DIRA de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	86,51	0,68	85,39	0,67	10,54
Sementes/mudas	14,88	0,12	14,69	0,12	1,81
Adubos e corretivos	142,65	1,12	140,81	1,11	17,38
Defensivos	67,84	0,53	66,96	0,53	8,26
Operação de máquinas	173,66	1,37	171,41	1,35	21,15
Empreita	158,75	1,25	156,70	1,23	19,34
Custo operacional efetivo	644,29	5,07	635,96	5,01	78,48
Depreciação de máquinas	57,93	0,46	57,18	0,45	7,06
Encargos sociais diretos ²	28,55	0,22	28,18	0,22	3,48
CESSR ³	20,96	0,17	20,69	0,16	2,55
Seguro ⁴	36,08	0,28	35,61	0,28	4,40
Encargos financeiros ⁵	20,23	0,16	19,97	0,16	2,46
Outras despesas	12,89	0,10	12,72	0,10	1,57
Custo operacional total	820,93	6,46	810,31	6,38	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00 = R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 7% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

A crise por que passa a cotonicultura envolve aspectos que transcendem a produção, devendo-se levar em conta o ambiente macroeconômico, como a política de juros elevados, de sobrevalorização cambial e de abertura comercial, o que aliado à característica segmentada da cadeia produtiva de têxteis, tende ao agravamento das dificuldades no segmento agrícola. Simultaneamente à implantação de programas de aumento de produção deve-se adotar mecanismos que garantam a comercialização da safra a preços compatíveis, podendo-se ampliar a utilização de sistema de contratos e fomentar a participação em cooperativas, as quais poderiam gerenciar programas especiais de verticalização da produção de algodão em pluma. Para tanto, há necessidade de melhor integração entre os agentes do setor e apoio governamental para sua efetivação.

Nas atuais circunstâncias, não há perspectivas de melhoria das condições de mercado para a safra vindoura, mesmo levando-se em conta os estoques de passagem decrescentes, uma vez que poderão ser complementados pelas

importações. Desse modo, espera-se redução em torno de 15% na área cultivada com algodão no Estado de São Paulo.

4.2 - Arroz

A produção brasileira de arroz na safra 1995/96, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), foi de 10,06 milhões de toneladas de produto em casca, 1,18 milhão de toneladas inferior à obtida no ano anterior, a maior desde 1989. A queda da produção, da ordem de 11% em relação à safra 1994/95, decorreu da redução de 9% na área plantada e de uma pequena redução (2%) da produtividade média nacional. Na tabela 23 podem ser observados os dados de área plantada e produção de arroz por região do País.

A redução da área plantada, que chegou a 13% na Região Sul, maior responsável pelo abastecimento do País, decorreu do resultado econômico ruim obtido pelos produtores no ciclo produtivo anterior, aliado às dificuldades de

TABELA 23 - Área, Produção e Rendimento da Cultura do Arroz nos Principais Estados, Regiões e Brasil, 1993/94 a 1995/96

Região/Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1993/94	1994/95	1995/96	1993/94	1994/95	1995/96
Região Centro-Sul	2.751,00	2.550,30	2.249,20	7.917,30	8.419,20	7.357,10
Região Sul	1.250,30	1.239,30	1.078,70	5.179,10	6.013,10	5.135,30
Rio Grande do Sul	975,00	975,00	828,80	4.221,80	5.070,00	4.210,30
Santa Catarina	153,50	153,50	153,50	713,80	721,50	732,20
Região Sudeste	576,20	544,00	452,00	1.063,20	947,60	811,20
São Paulo	159,00	138,00	110,40	271,90	222,20	176,60
Minas Gerais	372,30	364,90	310,20	642,20	605,70	533,50
Região Centro-Oeste	924,50	767,00	718,50	1.675,00	1.458,50	1.410,60
Goiás	312,00	271,40	198,10	511,70	461,14	313,00
Mato Grosso	505,00	400,00	432,00	909,00	760,00	842,40
Região Nordeste	1.097,40	1.122,70	1.080,20	1.628,50	1.757,10	1.689,00
Maranhão	630,00	661,50	661,50	837,90	926,10	926,10
Piauí	284,90	281,20	250,30	398,90	399,30	375,50
Região Norte	542,00	573,90	551,20	976,90	1.066,80	1.015,50
Tocantins	168,60	168,80	131,50	391,20	413,10	341,90
Rondônia	150,00	149,00	132,00	248,70	257,80	231,00
Brasil	4.390,80	4.246,90	3.880,60	10.522,80	11.243,40	10.061,60

Região/Estado	Rendimento (kg/ha)		
	1993/94	1994/95	1995/96
Região Centro-Sul	2.878	3.301	3.271
Região Sul	4.142	4.852	4.761
Rio Grande do Sul	4.330	5.200	5.080
Santa Catarina	4.650	4.700	4.770
Região Sudeste	1.845	1.742	1.795
São Paulo	1.710	1.610	1.600
Minas Gerais	1.725	1.660	1.720
Região Centro-Oeste	1.812	1.902	1.963
Goiás	1.640	1.699	1.580
Mato Grosso	1.800	1.900	1.950
Região Nordeste	1.484	1.565	1.564
Maranhão	1.330	1.400	1.400
Piauí	1.400	1.420	1.500
Região Norte	1.802	1.859	1.842
Tocantins	2.320	2.447	2.600
Rondônia	1.658	1.730	1.750
Brasil	2.397	2.647	2.593

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

financiamento enfrentadas pelos produtores no custeio da lavoura na safra 1995/96, decorrentes da escassez de recursos de crédito rural e das taxas de juro muito elevadas nos financiamentos feitos com recursos não oficiais, além de que os produtores com dívidas pendentes não puderam fazer novos financiamentos.

Com a redução da produção, apesar de importações estimadas em torno de um milhão de toneladas, o estoque de passagem previsto para 1996 deve ser, segundo previsão da CONAB, reduzido para 1,45 milhão de toneladas, suficiente para o consumo de 45 dias (Tabela 24). Segundo alguns analistas de mercado as importações devem chegar a 1,5 milhão de toneladas. O excedente exportável dos outros países do MERCOSUL, já deduzidos seus compromissos de exportação para terceiros países, é da ordem de 1,1 milhão de toneladas, sendo, portanto, provável que haja importações de países da Ásia, apesar da alíquota de importação de terceiros países estar estabelecida em 22%. As importações devem aumentar na entressafra, quando os preços no mercado interno apresentarem elevação.

TABELA 24 - Estimativa de Oferta e Demanda de Arroz em Casca, Brasil, 1993/94 a 1995/96

(em 1.000t)

Item ¹	1993/94	1994/95 ²	1995/96 ³
1 - Estoque inicial	1.048,9	1.573,3	2.136,7
2 - Produção	10.522,8	11.237,3	1.061,6
3 - Importação	1.565,5	978,6	1.000,0
4 - Suprimento (1+2+3)	13.137,2	13.789,2	13.198,3
5 - Consumo	11.560,0	11.617,8	11.734,0
6 - Excedente (4-5)	1.577,2	2.171,4	1.464,3
7 - Exportação	3,9	34,7	5,0
8 - Estoque final (6-7)	1.573,3	2.136,7	1.459,3

¹A data-base referente ao estoque inicial é 01/03 de cada ano.

²Dados preliminares.

³Dados projetados.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

No final de agosto, a cotação de arroz argentino ou uruguaio situava-se entre US\$405/415 FOB fronteira, de modo que este produto teria que ser colocado no mercado paulista a preço ligeiramente superior ao praticado

para o nacional, o que tem inibido as importações. Em julho, dados os preços vigentes no mercado internacional, o arroz em casca importado do Vietnã chegaria aos engenhos ao custo de R\$12,80/50kg, o importado da Tailândia chegaria ao custo de R\$14,85 e o norte-americano ao custo de R\$16,30, segundo cálculos da Agriplan Planejamento Agropecuário.

Apesar do quadro de suprimento mais apertado que se observa neste ano, os preços de arroz em casca no período da safra, quando ocorre boa parte da sua comercialização, apresentaram apenas ligeira recuperação em relação aos vigentes no ano anterior, com exceção aos do Maranhão (Tabela 25), de modo que a redução da produção implicou redução na renda total do setor arroseiro. Na tabela 26 é apresentada a série de preços médios mensais recebidos pelo produtor paulista.

Os preços reais do arroz no mercado varejista da cidade de São Paulo apresentaram grande estabilidade em 1995, e no primeiro semestre de 1996 (Figura 4). Para evitar maiores altas de preço durante a entressafra o Governo dispõe de estoques que podem ser leiloados assim que os preços do fardo do arroz agulhinha tipo 2 ultrapassem, na capital paulista, o preço de liberação de estoques estabelecido no início de agosto em R\$16,00. Nesse momento, final de agosto, o preço do fardo de trinta quilos está oscilando entre R\$14,80/15,30.

De acordo com as regras vigentes a respeito da intervenção do Governo sobre o mercado, o produto de safras antigas do estoque governamental pode ser vendido a qualquer momento, inclusive por preço inferior ao preço de remissão e mesmo inferior ao preço mínimo. Isso já vem ocorrendo, principalmente através de leilões de troca de produto em casca do estoque por produto já beneficiado e embalado, em condições de ser encaminhado aos programas sociais desenvolvidos nas regiões mais carentes do País. Note-se que o preço de remissão do produto estocado é tanto maior quanto mais antigo o produto, chegando a quase R\$40/50kg no caso de arroz da safra 1991/92.

Prevê-se que os estoques governamentais serão muito reduzidos até a entrada da próxima safra. Se a produção brasileira for muito pequena em 1997, as importações serão necessárias não só para atender ao consumo, mas também para formar um mínimo de estoque. Em meados de julho, o estoque de arroz adquirido pelo governo, via Aquisições do Governo Fede-

TABELA 25 - Preços Médios de Arroz em Casca, Recebidos pelos Produtores e Preços Mínimos Médios no Período de Safra (Março-Junho), 1994-96¹

Estado	1994	1995	1996	1997
Rio Grande do Sul (R\$/sc.50kg)	13,80	9,57	10,4	...
São Paulo (R\$/sc.60kg)	12,50	11,25	12,1	...
Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (R\$/sc.60kg)	10,04	10,00	10,5	...
Maranhão (R\$/sc.60kg)	10,27	12,84	14,2	...
Preço mínimo do arroz irrigado (R\$/sc.50kg)	13,74	11,01	10,0	10,5
Preço mínimo do arroz de sequeiro (R\$/sc.60kg)	12,13	9,73	8,9	9,3

¹Em R\$ de julho de 1996.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 26 - Preços Médios de Arroz, Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1991-96 (R\$/sc.60kg)

Mês	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Jan.	25,78	17,39	16,60	16,42	15,27	13,08
Fev.	23,64	15,29	14,84	15,04	13,97	12,84
Mar.	21,83	12,80	13,23	12,64	12,14	12,51
Abr.	21,79	12,13	12,40	11,77	10,69	11,84
Mai	21,74	12,03	12,26	12,57	11,82	12,03
Jun.	20,52	13,32	12,47	13,00	10,37	12,12
Jul.	18,85	14,05	13,21	15,68	10,41	12,30
Ago.	17,70	15,97	14,17	16,04	10,55	...
Set.	18,60	17,02	14,58	16,45	11,69	...
Out.	20,24	17,88	14,98	17,19	12,25	...
Nov.	19,30	18,02	15,66	16,25	12,26	...
Dez.	17,57	17,81	16,27	15,96	12,53	...

¹Em R\$ de julho de 1996. Deflator: IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

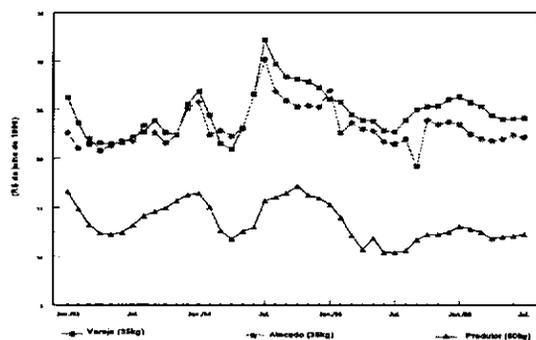


Figura 4 - Preços Médios Reais de Arroz, Varejo, Atacado e Produtor, Estado de São Paulo, 1993-96.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

ral, (AGF), era de 1,801 milhão de toneladas e, em meados de agosto, o volume de arroz dado em garantia a Empréstimos do Governo Federal (EGF) era de 1,12 milhão de toneladas. Parte reduzida desses 2,92 milhões de toneladas foi leiloadada até o final de agosto.

As perspectivas para o plantio de arroz na safra 1996/97 não indicam aumento de produção. Houve uma correção dos preços mínimos definidos para o ano que vem, que não chegou a compensar a inflação ocorrida nos últimos doze meses, de forma que em termos reais os preços mínimos continuam em trajetória decrescente, mesmo que a inflação até a próxima colheita seja zero. Os atuais preços de mercado são superiores aos preços mínimos definidos

para o ano que vem, que são R\$10,53/50kg para o agulhinha e R\$9,30/60kg para o sequeiro na Região Centro-Sul.

Segundo as estimativas elaboradas pelo IEA, em lavouras de sequeiro com produtividade de 28 sacas por hectare, o custo de produção será de R\$9,08/60kg, levando-se em conta apenas o custo operacional efetivo que envolve mão-de-obra, operação de máquinas, insumos e colheita. Quando se acrescentam os encargos sociais e financeiros, seguro, depreciação de máquinas e INSS, o custo salta para R\$11,81 ou R\$12,09, conforme as taxas de juros de 12% ou 24% ao ano. De modo que o preço mínimo cobre o custo operacional efetivo, mas não o custo operacional total (Tabela 27).

O custo operacional efetivo de produção do arroz irrigado paulista, considerando o sistema de produção que utiliza sementes pré-germinadas, com produtividade prevista de 103 sacas por hectare, foi estimado em R\$7,95/50kg, saltando para R\$10,54 quando se usa o conceito de custo operacional total com taxa de juros de

24% ao ano, empatando, portanto, com o preço mínimo definido. Já para o sistema de produção, que utiliza irrigação e semeadura comum, com produtividade de 84 sacas por hectare, o custo operacional efetivo estimado é de R\$8,11/50kg, e o custo operacional total é R\$10,67 no caso de juros de 12% e de R\$11,09 no caso de juros de 24%. A estimativa de custo de produção do arroz irrigado, produtividade de 84sc./ha, e taxa de juros de 12% ao ano pode ser vista na tabela 28.

Portanto, para que os produtores tenham lucro, é preciso que os preços de mercado da safra 1996/97 superem o preço mínimo, seja no caso do agulhinha produzido com irrigação, seja no caso do arroz de sequeiro.

Os preços internacionais devem se manter firmes em função do baixo nível dos estoques mundiais. Caso seja mantida para a próxima safra a atual alíquota de importação elevada para produto vindo de países de fora do MERCOSUL e a taxa de câmbio não se torne ainda mais favorável às importações, o nível dos preços internos do arroz dependerão basicamen-

TABELA 27 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 28sc. de 60kg, DIRA de Barretos, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	43,38	1,55	42,82	1,53	12,72
Sementes/mudas	17,22	0,62	17,00	0,61	5,05
Azubos e corretivos	50,60	1,81	49,95	1,78	14,84
Defensivos	3,60	0,13	3,55	0,13	1,06
Operação de máquinas	102,69	3,67	101,36	3,62	30,12
Outros materiais	8,40	0,30	8,29	0,30	2,46
Empreita	35,00	1,25	34,55	1,23	10,27
Custo operacional efetivo	260,89	9,32	257,52	9,20	76,52
Depreciação de máquinas	31,58	1,13	31,17	1,11	9,26
Encargos sociais diretos ²	14,31	0,51	14,13	0,50	4,20
CESSR ³	6,78	0,24	6,69	0,24	1,99
Seguro ⁴	13,98	0,50	13,80	0,49	4,10
Encargos financeiros ⁵	8,19	0,29	8,08	0,29	2,40
Outras despesas	5,22	0,19	5,15	0,18	1,53
Custo operacional total	340,95	12,18	336,54	12,02	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00 = R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (28sc. x R\$11,00/sc.)

⁴Refere-se a 6,7% sobre 80% do COE, considerando plantio em área de zoneamento agrícola.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 28 - Estimativa do Custo Operacional da Cultura de Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 103sc. de 50kg, DIRA de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	153,02	1,49	151,04	1,47	14,34
Sementes/mudas	90,00	0,87	88,84	0,86	8,44
Adubos e corretivos	114,15	1,11	112,67	1,09	10,70
Defensivos	140,45	1,36	138,63	1,35	13,16
Operação de máquinas	269,13	2,61	265,65	2,58	25,22
Outros materiais	54,25	0,53	53,55	0,52	5,08
Custo operacional efetivo	821,00	7,97	810,38	7,87	76,95
Depreciação de máquinas	115,93	1,13	114,43	1,11	10,87
Encargos sociais diretos ²	50,50	0,49	49,85	0,48	4,73
CESSR ³	29,46	0,29	29,08	0,28	2,76
Seguro ⁴	11,17	0,11	11,03	0,11	1,05
Encargos financeiros ⁵	22,44	0,22	22,15	0,22	2,10
Outras despesas	16,42	0,16	16,21	0,16	1,54
Custo operacional total	1.066,92	10,36	1.053,12	10,22	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00 = R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta (103sc. x R\$11,00/sc.)

⁴Refere-se a 1,7% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

te do volume produzido aqui no Brasil e nos parceiros do MERCOSUL, dado que os estoques baixos tornam a variável volume produzido ainda mais determinante dos preços.

A definição do volume da produção, supondo-se normalidade das condições climáticas, dependerá em grande medida dos recursos efetivamente disponíveis para o financiamento de custeio, pois há uma série de dificuldades a serem superadas. Os bancos privados vêm se negando a securitizar as dívidas dos produtores, uma vez que a normatização legal da questão criou a possibilidade de se fazer a securitização, sem contudo torná-la obrigatória para os bancos. Além disso, estes estão exigindo garantias reais nos novos empréstimos para a agricultura, mesmo dos produtores, cuja dívida foi securitizada, o que cria grave dificuldade para os arrendatários e também para os proprietários cujos bens já estão comprometidos como garantia de financiamentos anteriores em curso.

Também os grandes produtores, cujas dívidas excediam o teto de R\$200.000,00 estabelecido por produtor para a securitização, não

terão acesso a financiamentos novos, a não ser que se chegue a uma solução rápida para a renegociação dessas dívidas, sendo pouco provável que isso aconteça antes do esgotamento do período adequado de plantio. Dada a importante participação de grandes produtores na lavoura de arroz no Centro-Oeste e no Rio Grande, esse problema pode ter conseqüências graves em termos de redução da área plantada e da produção.

Além disso, parte dos recursos anunciados como disponíveis para o custeio da próxima safra ainda estão comprometidos no custeio da safra anterior, pois seu prazo de vencimento vem sendo prorrogado como forma de compensar a falta de recursos para a realização de financiamentos de comercialização da safra recém-colhida.

A extinção dos Empréstimos do Governo Federal com opção de venda, EGF/COV, e da equivalência produto, mantida apenas para a produção familiar, também contribuem para aumentar a insegurança dos produtores em relação à capacidade de pagamento dos empréstimos

contraídos, insegurança essa agravada pelo fato de que, já em 1997, deverá ser paga a primeira parcela da dívida securitizada neste ano. O novo instrumento de sustentação de preço constituído pelo leilão de opções ainda não é conhecido pelos produtores, não foi testado e terá um custo ainda não definido, de modo que sua influência sobre os produtores como estímulo ao plantio deverá ser pequena.

Além dessas questões de caráter econômico, a área plantada poderá ser reduzida no Rio Grande do Sul, principal produtor do País, e também no Uruguai e Argentina, devido ao baixo nível de água nos açudes, decorrente de um inverno anormalmente seco.

Dado esse quadro, as avaliações sobre o volume a ser produzido no ciclo 1996/97 são pessimistas. Para a Região Sul, que tem respondido por 50% da produção nacional, a equipe de Safras e Mercados acredita que a produção venha a ser inferior à obtida em 1996, quando já foi inferior não só à obtida em 1995, excepcionalmente alta em função da euforia provocada pela estabilização decorrente do Plano Real, mas também à de 1994. Essa previsão baseia-se em redução de área no Rio Grande da ordem de 12% em relação à safra passada, manutenção de área no Paraná e expansão em Santa Catarina. Porém, a produção paranaense deve ser menor que a obtida neste ano, segundo o primeiro levantamento de intenção de plantio realizado pela Secretaria de Agricultura daquele Estado, 14,8% no caso do arroz de sequeiro e 7% no caso do irrigado.

Também nas outras regiões do País deve haver redução de área plantada, pois os problemas de descapitalização e dificuldades de financiamento via crédito são gerais. Em São Paulo, a atividade arroseira, que já tem reduzidíssima importância no abastecimento local, deve prosseguir em sua rota de retração.

Caso se efetivem as previsões de redução de produção, é provável que os preços do próximo ano se recuperem e tragam bons resultados aos que produzirem.

4.3 - Feijão

A mensuração dos efeitos da estabilização econômica tem no consumo de feijão um dos indicadores mais consistentes dos seus impactos sociais. Nos anos agrícolas 1991/92 e 1992/93 foram consumidos anualmente no Brasil

em torno de 2,8 milhões de toneladas desse produto. Nos anos seguintes ocorreu um significativo incremento do consumo total, atingindo o nível de 3,3 milhões de toneladas em 1994/95 e 1995/96, ou seja, um incremento de 18%. Analisando separadamente os grupos, verifica-se que o feijão de cores, cujo consumo era de 2,2 milhões, passou para 2,8 milhões de toneladas (+23%) e o feijão preto de 530 mil toneladas passou para 580 mil toneladas (+9%) (Tabela 29). Sem qualquer dúvida, os impactos redistributivos do Plano Real explicam esse aumento do consumo de feijão. Revelam-se aí impactos sociais extremamente positivos, ampliando a demanda desse produto básico da alimentação.

Como o feijão é considerado um produto de baixa elasticidade-renda da demanda, ou seja, com o processo de crescimento da renda seu consumo deveria apresentar retração sendo substituído como fonte protéica por alimentos mais nobres, o que explicaria esse aumento do consumo? Trata-se de que o processo inflacionário causa impacto mais duramente nas camadas mais pobres da população, ou seja, as de salários mais baixos. Sem acesso aos mecanismos protetores do poder de compra, por meio de aplicações financeiras, essa população via seus rendimentos serem inexoravelmente consumidos a cada dia pela rotina dos aumentos de preços, em níveis e velocidades cada vez mais elevadas, contribuindo para que as camadas de renda mais baixa se alimentassem precariamente. O Plano Real estancou essa sangria dos salários mais baixos permitindo a aquisição de maiores quantidades de alimentos e diversificação da cesta básica com incremento nos níveis nutricionais.

Avaliando globalmente o balanço do suprimento de feijão nos últimos cinco anos agrícolas, nota-se, no geral, que a produção nacional tem se mantido próxima de 3,1 milhões de toneladas, excetuando-se a reduzida colheita da safra 1992/93 que ficou em 2,4 milhões de toneladas. As importações têm crescido, saltando de 57,7 mil para mais de 150 mil toneladas, com fortes oscilações de estoques. Analisando-se por tipo, verifica-se que a produção de feijão de cores mudou de patamar, saindo de 2,34 milhões para mais de 2,6 milhões de toneladas, à exceção da safra 1992/93 em que foram colhida apenas 1,89 milhão de toneladas. Já a produção de feijão preto tem se mostrado decrescente nas últimas três safras, havendo necessidade

TABELA 29 - Estimativa de Oferta e Demanda de Feijão, Brasil, 1991/92 a 1995/96
(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Estoque final
Feijão preto						
1991/92	46,4	514,5	46,6	607,5	530,0	77,5
1992/93	77,5	483,7	39,3	600,5	530,0	70,5
1993/94	70,5	525,6	99,5	695,6	576,0	119,6
1994/95	119,6	466,1	87,9	673,6	569,5	104,1
1995/96	104,1	431,9	90,0	626,0	586,3	39,7
Feijão de cores						
1991/92	326,4	2.387,9	11,1	2.725,4	2.265,6	489,8
1992/93	459,8	1.895,4	15,6	2.370,8	2.241,8	129,0
1993/94	129,0	2.718,5	56,9	2.904,4	2.624,0	280,4
1994/95	280,4	2.691,7	101,6	3.073,7	2.780,5	293,2
1995/96	293,2	2.612,3	60,0	2.965,5	2.763,7	201,8
Total						
1991/92	372,8	2.902,4	57,7	3.332,9	2.795,6	567,3
1992/93	537,3	2.379,1	54,9	2.971,3	2.771,8	199,5
1993/94	199,5	3.244,1	156,4	3.600,0	3.200,0	400,0
1994/95	400,0	3.157,8	189,5	3.747,3	3.350,0	397,3
1995/96	397,3	3.044,2	150,0	3.591,5	3.350,0	241,5

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

de incrementar a importação, cujo volume que girava em torno de 40 mil passou para 90 mil toneladas nos anos recentes. Em síntese, a avaliação do suprimento de feijão no mercado brasileiro revela um quadro de aumento do consumo, bem como uma consistente resposta da produção garantindo o abastecimento do mercado interno. Apenas em relação ao feijão preto não se nota a mesma capacidade de resposta.

A colheita de feijão no Brasil realiza-se em três safras distintas. A 1ª safra atingiu, nos dois últimos anos agrícolas, cerca de 1,7 milhão de hectares, que permitiram a colheita de 972 mil toneladas de produto, em média. A Região Sul é a maior produtora, com cerca de 960 mil hectares que produziram 650 mil toneladas, com destaque para o Paraná e Santa Catarina. A Região Sudeste vem a seguir, com 330 mil hectares e 200 mil toneladas, concentradas no Estado de Minas Gerais, enquanto no Nordeste tem-se o plantio de 360 mil hectares, com colheita de 95 mil toneladas, cultivados no sul da Bahia (Tabela 30).

A 2ª safra corresponde à de maior extensão de plantio, atingindo cerca de 3,5 milhões de hectares para produção de 1,8 milhão

de toneladas. Nota-se nessa safra a preponderância das plantações do Norte/Nordeste com 2,8 milhões de hectares de área plantada e 1,2 milhão de toneladas produzidas, com produtividades baixas, ao redor de 430kg/ha. No Centro-Sul são plantados 720 mil ha com produção no patamar de 600 mil toneladas, o que vem revelar uma produtividade de 840kg/ha, muito mais alta que a nordestina. A 3ª safra com 200 mil hectares e produção de 310 mil toneladas, concentra-se no Centro-Sul (incluindo a produção nordestina dessa safra que se localiza no sul da Bahia) e representa os cultivos irrigados com produtividades médias de 1.500kg/ha (Tabela 31).

A cultura do feijão encontra-se distribuída por praticamente todo território brasileiro ainda que, do ponto de vista do abastecimento dos grandes mercados urbanos, a produção esteja centrada em regiões específicas dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e São Paulo, as mais importantes. Essa distribuição regional completa-se com distintos perfis tecnológicos que reproduzem enormes diferenças de produtividade, com plantios calçados na tração animal, que permitem colheitas de 300kg/ha, existindo numa atividade que tem como núcleo dinâmico os cultivos irrigados que

TABELA 30 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (1ª Safra), por Região, Brasil, 1994/95 e 1995/96

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1994/95	1995/96	Var. (%)	1994/95	1995/96	Var. (%)	1994/95	1995/96	Var. (%)
Tocantins	3,4	1,8	-47,1	1	0,5	-47	300	300	-
Norte	3,4	1,8	-47,1	1	0,5	-47	300	300	-
Sul da Bahia	280,0	434,0	55,0	89,6	104,2	16,3	320	240	-25,0
Nordeste	280,0	434,0	55,0	89,6	104,2	16,3	320	240	-25,0
Paraná	560,0	504,0	-10,0	319,2	418,3	31,0	570	830	45,6
Santa Catarina	265,2	233,4	-12,0	224,1	144,7	-35,4	845	620	-26,8
Rio Grande do Sul	180,6	182,4	1,0	160,7	45,6	-71,6	890	250	-71,9
Sul	1.005,8	919,8	-8,6	704,0	608,6	-13,5	700	662	-5,5
Minas Gerais	252,7	214,8	-15,0	116,2	125,7	8,2	460	585	27,2
Espírito Santo	25,0	19,5	-22,0	18,0	16,6	-7,8	720	850	18,1
Rio de Janeiro	5,2	5,0	-4,0	3,9	3,8	-2,6	750	760	1,3
São Paulo	72,8	67,7	-7,0	58,2	60,9	4,6	800	900	12,5
Sudeste	355,7	307,0	-13,7	196,3	207,0	5,5	552	674	22,2
Mato Grosso	9,9	7,9	20,0	3,7	3,0	-18,9	370	380	2,7
Mato Grosso do Sul	2,2	1,1	-50,0	1,8	0,7	-61,1	800	600	-25,0
Goiás	10,5	12,1	15,0	8,4	9,7	15,5	800	800	-
Distrito Federal	1,7	2,1	23,5	2,6	3,4	30,8	1.500	1.620	8,0
Centro-Oeste	24,3	23,2	-4,5	16,5	16,8	1,8	679	724	6,6
Norte/Nordeste	283,4	435,8	53,8	90,6	104,7	15,6	320	240	24,9
Centro-Sul	1.385,8	1.250,0	-9,8	916,8	832,4	-9,2	662	666	0,6
Brasil	1.669,2	1.685,8	1,0	1.007,4	937,1	-7,0	604	556	-7,9

Fonte: CONAB/DIPLA.

TABELA 31 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (2ª e 3ª Safras), por Região, Brasil, 1994/95 e 1995/96

Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1994/95	1995/96	Var. (%)	1994/95	1995/96	Var. (%)	1994/95	1995/96	Var. (%)
Norte	236,7	242,1	2,3	144,7	141,0	-2,6	611	582	-4,7
Nordeste	2.608,8	2.503,9	-4,0	1.026,1	1.111,5	8,3	393	444	12,9
Sudeste	377,1	316,0	-16,2	354,0	261,4	-26,2	939	827	-11,9
Sul	244,0	263,2	7,9	214,5	223,0	4,0	879	847	-3,6
Centro-Oeste	156,3	87,8	-43,8	100,3	59,9	-40,3	642	682	6,3
Brasil	3.622,9	3.413,0	-5,8	1.839,6	1.796,8	-2,3	508	526	3,7

Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (kg/ha)		
	1994/95	1995/96	Var. (%)	1994/95	1995/96	Var. (%)	1994/95	1995/96	Var. (%)
Nordeste	18,5	22,2	20,0	31,8	48,8	53,5	1.720	2.200	27,9
Sudeste	125,9	109,3	-13,2	181,0	169,4	-6,4	1.437	1.550	7,8
Sul	25,5	21,7	-14,9	13,0	11,9	-8,2	510	550	7,8
Centro-Oeste	42,8	37,0	-13,6	85,0	80,1	-5,7	1.986	2.166	9,0
Brasil	212,7	190,2	-10,6	310,8	310,2	-0,2	1.461	1.631	11,6

Fonte: CONAB/DIPLA.

conseguem até mais de 3.000kg/ha. Forma-se, assim, para o feijão no Brasil um enorme mosaico envolvendo regiões com perfis tecnológicos e estrutura de comercialização distintas.

A tendência indica o crescimento da importância dos cultivos irrigados de áreas maiores, auferindo produtividades mais elevadas ao cultivo e coloca a questão da economicidade dos plantios em áreas menos tecnificadas. De maneira geral, verifica-se a expansão do uso de tecnologia moderna viabilizando os ganhos de economia de escala, notando-se mesmo a presença de plantio direto e irrigação com pivô central. O grande gargalo para que a cultura atinja o padrão tecnológico da soja está na limitação imposta pela dificuldade de colheita mecânica, o que evitaria a necessidade de utilização de enorme contingente de mão-de-obra. Essa limitação parece estar superada com as modernas máquinas, o que abre caminho para maiores lavouras com alta tecnologia. Destaque-se que isso permite uma perspectiva de expansão da produção a custos cada vez menores e qualidade superior.

O aumento de consumo decorrente do controle do processo inflacionário realizou-se em níveis de preços remuneradores, o que sustentou a expansão da oferta. No Estado de São Paulo, desconsiderando-se o surto especulativo do primeiro semestre de 1994, quando o preço recebido pela saca de feijão superou R\$100,00, nota-se que as flutuações têm sido menores. Visualizando a estacionalidade dos preços verifica-se que em 1995 e 1996 houve manutenção em torno de R\$40,00, enquanto no segundo semestre notam-se comportamentos antagônicos entre 1994 e 1995 (Figura 5). De qualquer maneira a tendência do mercado indica a estabilidade das cotações ao redor de R\$40,00 em torno do qual oscilaram os preços praticados no primeiro semestre deste ano.

Um aspecto a destacar é que esse patamar de preços recebidos pelos agricultores mostra-se extremamente estimulante para a expansão da produção, uma vez que o custo operacional total estimado pelo IEA situa-se na faixa de R\$21,00/sc. (Tabela 32). Isso significa a existência de ampla margem de rentabilidade para o produtor de feijão que praticar tecnologia compatível com colheita de 1.600kg/ha. Ressalte-se, entretanto, a enorme disparidade tecnológica verificada nessa cultura, com produtores colhendo de 400 a 1.600kg/ha para culturas de sequeiro.

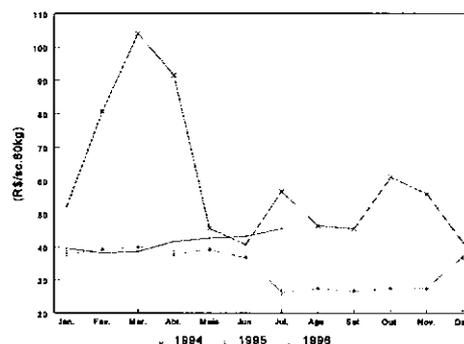


Figura 5 - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1994-96.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

O custo de produção em torno de R\$21,00 para uma produtividade esperada de 1.620kg/ha revela-se compatível para o patamar de produtividade mais elevado de cultivo de sequeiro. Em outras palavras, essa análise revela-se de acordo com a realidade de agricultores que estão na fronteira da tecnologia para esse tipo de cultivo. A média do Estado de São Paulo para a safra das águas tem se situado em torno de 900kg/ha, e à medida que se reduz a produtividade da cultura tem-se um acréscimo dos custos.

A 1ª safra 1996/97 de feijão inicia-se num contexto otimista, com preços remuneradores e portanto estimulantes. Além disso, as tecnologias disponíveis permitem custos decrescentes, em especial às lavouras de maiores áreas. Resolvidos os constrangimentos financeiros de parcela dos produtores devido à securitização das dívidas e com a possibilidade de novos empréstimos a custos financeiros viáveis, pode-se esperar um crescimento da área plantada de 13% a 18% na Região Centro-Sul. Apenas a disponibilidade de semente melhorada poderá frustrar esse aumento, ou provocar menor produtividade se for de qualidade inferior. Por outro lado, o comportamento do clima até o final de agosto tem se pautado pela normalidade, abrindo perspectivas de incrementos na produtividade. Saliente-se, ainda, que há grande diferença entre a produtividade potencial e a observada, face à tecnologia disponível. Assim, há enorme espaço para ajustes nos preços ao consumidor em função de que esses cultivos são rentáveis a preços muito menores que os atualmente praticados.

TABELA 32 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão das Águas, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 27sc. de 60kg, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	61,53	2,28	60,73	2,25	10,88
Sementes/mudas	50,00	1,85	49,35	1,83	8,84
Aubos e corretivos	120,28	4,45	118,72	4,40	21,27
Defensivos	50,15	1,86	49,50	1,83	8,87
Operação de máquinas	94,28	3,49	93,06	3,45	16,67
Outros materiais	4,05	0,15	4,00	0,15	0,72
Empreita	68,18	2,53	67,30	2,49	12,06
Custo operacional efetivo	448,47	16,61	442,67	16,40	79,31
Depreciação de máquinas	32,46	1,20	32,04	1,19	5,74
Encargos sociais diretos ²	20,31	0,75	20,05	0,74	3,59
CESSR ³	20,79	0,77	20,52	0,76	3,68
Seguro ⁴	24,04	0,89	23,73	0,88	4,25
Encargos financeiros ⁵	10,46	0,39	10,32	0,38	1,85
Outras despesas	8,97	0,33	8,85	0,33	1,59
Custo operacional total	565,50	20,94	558,19	20,67	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00 = R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 6,7% sobre 80% do COE, considerando plantio em área de zoneamento agrícola.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

4.4 - Milho

O fato marcante no mercado internacional do milho na safra 1995/96 (ano comercial: outubro de 1995 a setembro de 1996) foi a acentuada elevação dos preços do cereal, tendo as cotações na Bolsa de Chicago atingido níveis recordes por mais de 20 vezes no período de fevereiro a julho de 1996. O preço médio recebido pelo produtor estadunidense na safra 1995/96 foi estimado pelo USDA em US\$3,20 por *bushel* (correspondente a US\$7,56 por saca de 60kg), o maior preço desde 1983/84 e superior em 41,6% ao da temporada precedente.

De acordo com a previsão do USDA, de julho de 1996, a produção mundial da safra 1996/97 será de 563,8 milhões de toneladas, cerca de 10% superior à safra anterior e se constituindo em novo recorde. O maior aumento deve ocorrer nos Estados Unidos, cuja produção deve atingir 231,5 milhões de toneladas, crescendo 23,6% em relação à colheita anterior; no resto do

Mundo a produção global deve aumentar 2,2%. Prevê-se uma produção de 12,5 milhões de toneladas na Argentina, 17,3% a mais que a da safra anterior. Cerca de 6,5 milhões de toneladas desta produção deverá ser exportada, contra 5,4 milhões na temporada anterior.

O estoque final de milho em âmbito mundial deve ser de 65,1 milhões de toneladas em setembro de 1997, cerca de 7,6% maior que o precedente, mas ainda 29,8% menor que o da safra 1994/95. O *carryover* da temporada 1996/97 nos Estados Unidos é estimado em 16,9 milhões de toneladas, volume superior em 107,3% ao da safra precedente, mas 57,3% menor que o de dois anos atrás. A perspectiva do mercado mundial em 1996/97 é de manutenção dos altos preços vigentes na temporada 1995/96. Prevê-se para os produtores estadunidenses um preço médio de 3,10 dólares (variando entre 2,90 e 3,30 dólares) por *bushel*, ligeiramente abaixo da safra anterior.

A produção brasileira de milho na safra

1995/96 foi de 33,3 milhões de toneladas (29,9 milhões de toneladas na safra de verão e 3,4 milhões de toneladas na safrinha), cerca de 11% menor que a da temporada anterior, de acordo com o levantamento de julho de 1996 da CONAB. A redução se deve basicamente à retração da área e da queda de produtividade da cultura da primeira safra ("de verão"). A maior diminuição da produção ocorreu no Rio Grande do Sul, devido não só à redução da área plantada mas mormente à queda do rendimento provocada pela forte estiagem que ocorreu no Estado em fins de 1995 (Tabelas 33 e 34).

O quadro de suprimento de milho no Brasil para o ano comercial 1995/96 (março de 1996 a fevereiro de 1997), elaborado pela CONAB, mostra uma aparente folga entre o suprimento e o consumo total. Este deve crescer 4% no exercício, num ritmo bem menor que o do período anterior (11%), em função da queda da rentabilidade da avicultura e suinocultura, principais setores consumidores de milho no País. Estima-se uma exportação de 350 mil toneladas, graças à elevação dos preços no mercado externo. O estoque final previsto de 3,9 milhões de toneladas é suficiente para apenas cerca de 38 dias de consumo, contra 74 em 1994/95 e 60 dias em 1993/94. Este *carryover* deve estar superestimado, se se considerar que a produção da safrinha (segunda safra) deve ser revista para baixo, em função da queda da produtividade devido à estiagem, e que dificilmente a previsão de importação (1,5 milhão de toneladas) será concretizada, em função dos altos preços do produto no mercado externo (Tabela 35).

A queda da quantidade ofertada no País e o aumento do consumo provocaram altas reais do preço do milho no mercado interno da safra 1995/96, comparativamente à safra precedente. No Estado de São Paulo, o preço médio da safra de verão recém-concluída foi estimado em R\$7,74/sc.60kg (em moeda de julho de 1996), o que corresponde a um aumento real de 14,2% em relação ao da temporada 1994/95 (Tabela 36).

Estima-se que a renda bruta média da cultura de milho da safra de verão 1995/96 no Estado de São Paulo tenha aumentado 8,4%, em termos reais, quando comparado com a do ano passado, compensando ligeiramente a perda real de 7,5% ocorrida naquela temporada. Nesta última safra, ao contrário da precedente, a elevação do preço compensou a redução da produtividade física da cultura. O resultado

econômico obtido, portanto, embora favorável, não corresponde a um aumento significativo da capacidade de autofinanciamento do produtor paulista, tendo em vista as dívidas remanescentes dos últimos anos.

Os elevados preços de mercado em 1996 reduziram substancialmente a demanda por Empréstimos do Governo Federal (EGF), tendo sido contratados recursos relativos a apenas 353 mil toneladas de milho em todo o País na modalidade Com Opção de Venda (COV) até 12/07/96. Em 1994 e 1995, esses volumes foram de, respectivamente, 1.446 mil toneladas e 1.720 mil toneladas. Do total acumulado, 2.438 mil toneladas (63%) foram contratados em Goiás e 756 mil toneladas (20%) em Mato Grosso. As Aquisições do Governo Federal (AGF) na safra 1995/96, até 31/05/96, se resumiram a somente 74 mil toneladas, sendo o estoque, de 1.084 mil toneladas, formado principalmente por compras em 1994/95 (52%) e 1993/94 (27%).

O resultado econômico obtido na safra 1995/96, a securitização das dívidas agrícolas e as condições traçadas no Plano de Safra 1996/97 do Governo Federal compõem o conjunto de fatores que deverão orientar a tomada de decisão dos produtores de milho na próxima safra de verão na Região Centro-Sul do País.

Conforme breve consideração acima, os produtores de milho obtiveram bom resultado econômico na produção, tanto da safra de verão como na safrinha do ano-safra 1995/96, com os aumentos de preços compensando amplamente as reduções de produtividade física das lavouras. Quanto à securitização das dívidas, a cultura do milho especificamente não tem se constituído em motivo relevante de inadimplência em créditos de custeio, de sorte que as pendências se referem a outras atividades, para cujas soluções foram firmados acordos entre devedores e credores.

O Plano de Safra 1996/97 contempla os mesmos valores da safra 1995/96 para custeio da cultura e EGF-SOV (Sem Opção de Venda) do milho (R\$150.000,00 por beneficiário), porém com redução da taxa de juros efetivos, de 16% para 12% ao ano. O financiamento para custeio poderá ser liberado em uma única parcela, a critério da instituição financeira. Foi extinto o sistema de equivalência em produto para o financiamento de custeio em geral, com exceção do PRONAF. Culturas em sucessão, irrigadas ou não, como a safrinha de milho e a cultura do

TABELA 33 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1993/94 a 1995/96
(em 1.000t)

Item ¹	1993/94	1994/95 ²	1995/96 ³
1 - Estoque inicial	3.419,3	5.429,4	7.408,4
2 - Produção	33.173,5	37.441,9	33.276,0
3 - Importação	1.568,6	984,1	1.500,0
4 - Suprimento(1+2+3)	38.161,4	43.855,4	42.184,4
5 - Consumo	32.732,0	36.447,0	37.904,9
6 - Excedente (4-5)	5.429,4	7.408,4	4.279,5
7 - Exportação	0,0	0,0	350,0
8 - Estoque final (6-7)	5.429,4	7.408,4	3.929,5

¹A data-base referente ao estoque inicial é 01/03 de cada ano.

²Dados preliminares.

³Dados projetados.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 34 - Preços Médios de Milho Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1991-96
(R\$/sc.60kg)¹

Mês	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Jan.	11,29	12,86	11,80	9,80	9,34	9,07
Fev.	9,65	10,70	9,29	7,62	8,33	8,37
Mar.	8,34	8,67	8,20	7,44	6,73	7,47
Abr.	9,20	8,46	8,95	7,60	6,81	7,54
Mai	10,03	8,27	8,74	7,56	7,02	8,16
Jun.	9,22	8,03	8,59	7,59	6,56	7,80
Jul.	9,00	8,72	9,62	9,67	6,73	7,90
Ago.	10,43	9,81	10,76	9,29	7,00	...
Set.	10,04	11,03	10,58	9,43	7,09	...
Out.	11,70	10,96	10,48	10,05	7,73	...
Nov.	11,52	11,91	11,24	10,34	8,33	...
Dez.	10,59	12,80	11,05	9,90	8,51	...

¹Em R\$ de julho de 1996. Deflator: IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 35 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Primeira Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1993/94 a 1995/96

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1993/94	1994/95	1995/96	1993/94	1994/95	1995/96	1993/94	1994/95	1995/96
Paraná	2.181,0	2.150,0	1.870,5	7.415,4	7.740,0	7.014,4	3.400	3.600	3.750
Minas Gerais	1.507,3	1.510,0	1.374,1	3.934,1	4.152,5	3.916,2	2.610	2.750	2.850
Goiás	771,1	788,8	796,7	2.968,7	3.313,0	3.505,5	3.850	4.200	4.400
Rio Grande do Sul	1.700,0	1.887,0	1.754,9	4.870,5	6.000,7	3.158,8	2.865	3.180	1.800
Santa Catarina	1.038,5	1.059,3	1.016,9	3.427,1	3.813,5	3.152,4	3.300	3.600	3.100
São Paulo	930,0	920,7	791,8	2.836,5	3.268,5	2.692,1	3.050	3.550	3.400
Mato Grosso do Sul	239,2	287,0	269,8	909,0	1.119,3	1.173,6	3.800	3.900	4.350
Mato Grosso	279,7	270,0	310,5	867,1	891,0	1.040,2	3.100	3.300	3.350
Espírito Santo	110,4	71,0	91,0	221,9	103,0	218,4	2.010	1.451	2.400
Distrito Federal	20,9	21,8	25,3	88,0	82,9	104,2	4.211	3.803	4.119
Rio de Janeiro	29,6	22,5	21,8	54,5	32,2	42,5	1.841	1.431	1.950
Centro-Sul	8.807,7	8.988,1	8.323,3	27.592,8	30.516,6	26.018,3	3.133	3.395	3.126
Norte-Nordeste	3.699,2	3.840,3	3.951,4	3.421,8	3.651,7	3.867,1	925	951	979
Brasil	12.506,9	12.828,4	12.274,7	31.014,6	34.168,3	29.885,4	2.480	2.663	2.435

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 36 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Segunda Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1993/94 a 1995/96

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1993/94	1994/95	1995/96	1993/94	1994/95	1995/96	1993/94	1994/95	1995/96
Paraná	700,0	600,0	570,0	714,0	1.440,0	1.311,0	1.020	2.400	2.300
São Paulo	372,3	369,0	372,7	547,3	856,1	924,3	1.470	2.320	2.480
Mato Grosso	170,0	185,0	251,6	306,0	395,9	503,2	1.800	2.140	2.000
Goiás	135,0	86,5	129,8	323,3	216,3	332,9	2.395	2.501	2.565
Mato Grosso do Sul	264,0	210,0	168,0	260,0	357,0	319,2	985	1.700	1.900
Santa Catarina	3,3	3,3	0,0	8,3	8,3	0,0	2.515	2.515	0
Centro-Sul	1.644,6	1.453,8	1.492,1	2.158,9	3.273,6	3.390,6	1.313	2.252	2.272
Brasil	1.644,6	1.453,8	1.492,1	2.158,9	3.273,6	3.390,6	1.313	2.252	2.272

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

sorgo, independentemente dos limites de crédito já utilizados pelo tomador em plantio imediatamente anterior, poderão ser contemplados com novos limites.

O preço mínimo do milho (R\$6,70/60kg) foi reajustado em 11,67% e vale para os Estados da Região Centro-Sul (exceto Mato Grosso), de Tocantins (onde o reajuste foi de 17,54%), sul do Maranhão, sul do Piauí e Bahia-Sul. Para o Acre, Mato Grosso e Rondônia, o preço mínimo será de R\$6,30/60kg, com reajustes de 10,53% (para Mato Grosso) e 16,67% (para Acre e Rondônia). Houve mudança no zoneamento do preço mínimo, com redução de três para duas zonas de cobertura: o Estado de Tocantins passa a integrar a primeira zona e os Estados do Acre e Rondônia passam a compor, com Mato Grosso, uma segunda zona.

O prêmio do PROAGRO para a cultura do milho será reduzido de 7% para 3,9% para os mutuários que aderirem ao Programa de Zoneamento Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Para os produtores que não aderirem ao Programa de Zoneamento será mantida a alíquota original do PROAGRO. Os eventos cujos prejuízos serão cobertos pelo seguro para a cultura de sequeiro e não-consorciada são: granizo, seca, tromba d'água e vendaval. Para a cultura irrigada, todos os eventos (excetuando-se a seca) serão objeto de cobertura, com alíquota reduzida de 4,7% para 1,7%, independentemente da adesão ao Programa de Zoneamento Agrícola. A taxa de assistência técnica, de 2%, será cobrada nos contratos de custeio, no caso da inclusão no orçamento, o custo dos serviços de assistência técnica, con-

tratados livre e diretamente pelo produtor.

O custo operacional total (COT) da cultura do milho, da safra de verão 1996/97, para a região da Alta Mogiana paulista, foi estimado em R\$507,62 por hectare ou R\$5,08 por saco de 60kg, com base numa produtividade esperada de 100 sacos por hectare e taxa de juros de 12% ao ano. Estimando-se um preço médio de R\$7,50 por saco de milho, a renda bruta (RB) esperada será de R\$750,00/ha, o que resulta num lucro operacional (LO) de R\$242,38/ha ou margem bruta de 47,8%. O índice de lucratividade (LO/RB) esperado é de 32,3%. Na hipótese de uso de crédito de fontes informais (fornecedores de insumos e cooperativas, entre outras) e com taxa média de juros de 24,2% a.a., o COT estimado passa a ser de R\$520,15/ha ou R\$5,20/sc.60kg. Nesse caso, o índice de lucratividade cai para 30,6%. Deve-se ressaltar que no conceito de custo operacional não são remunerados os fatores terra, capital e empresário (Tabela 37).

Para a região paulista do Vale do Paranapanema, o COT estimado, considerando-se uma taxa de juros de 12% ao ano, é de R\$375,12/ha ou R\$4,69 por saco de 60kg, para um rendimento esperado de 80 sacos por hectare. A receita bruta esperada é de R\$600,00/ha e o índice de lucratividade é de 37,5%. Na hipótese de pagamento de uma taxa de juros de 24,2% a.a., o COT passa a ser de R\$384,62/ha ou R\$4,81/sc.60kg e o índice de lucratividade cai para 35,9% (Tabela 38).

O limite de R\$150.000,00 de custeio com recursos controlados do crédito rural permite ao produtor da Alta Mogiana financiar uma

TABELA 37 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Milho, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 100sc., DIRA de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	31,32	0,31	30,92	0,31	6,17
Sementes/mudas	38,94	0,39	38,44	0,38	7,67
Aubos e corretivos	138,80	1,39	137,01	1,37	27,34
Defensivos	45,84	0,46	45,25	0,45	9,03
Operação de máquinas	112,27	1,12	110,82	1,11	22,12
Empreita	40,00	0,40	39,48	0,39	7,88
Custo operacional efetivo	407,17	4,07	401,91	4,01	80,21
Depreciação de máquinas	39,98	0,40	39,46	0,39	7,88
Encargos sociais diretos ²	10,34	0,10	10,21	0,10	2,04
CESSR ³	16,50	0,17	16,29	0,16	3,25
Seguro ⁴	12,70	0,13	12,54	0,13	2,50
Encargos financeiros ⁵	12,78	0,13	12,61	0,13	2,52
Outras despesas	8,14	0,08	8,03	0,08	1,60
Custo operacional total	507,61	5,08	501,05	5,01	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00=R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 3,9% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 38 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Milho, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 80sc., Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	19,11	0,24	18,86	0,24	5,09
Sementes/mudas	46,00	0,58	45,41	0,57	12,26
Aubos e corretivos	107,04	1,34	105,66	1,32	28,53
Defensivos	41,55	0,52	41,01	0,52	11,08
Operação de máquinas	58,77	0,73	58,01	0,72	15,67
Empreita	36,00	0,45	35,53	0,44	9,60
Custo operacional efetivo	308,47	3,86	304,48	3,81	82,23
Depreciação de máquinas	21,67	0,27	21,39	0,27	5,78
Encargos sociais diretos ²	6,31	0,08	6,23	0,08	1,68
CESSR ³	13,20	0,17	13,03	0,16	3,52
Seguro ⁴	9,62	0,12	9,50	0,12	2,56
Encargos financeiros ⁵	9,68	0,12	9,55	0,12	2,58
Outras despesas	6,17	0,08	6,09	0,08	1,64
Custo operacional total	375,12	4,69	370,27	4,64	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00=R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 3,9% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

área de plantio de até 368 hectares de milho, tomando-se como base o custo operacional efetivo (COE) estimado de R\$407,17/ha. No Vale do Paranapanema, esse limite corresponde ao financiamento de custeio de 486ha, baseado no COE estimado de R\$308,47/ha.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 473, de 08 de agosto de 1996, o preço de liberação de estoques públicos (PLE) do milho relativo à safra 1995/96 foi reajustado para R\$8,55 por saco de 60kg, sendo alterada a praça de referência do mercado atacadista de São Paulo (SP) para Ponta Grossa (PR). O PLE foi fixado *ad referendum* em R\$8,50/60kg em meados de abril e anunciado aos representantes dos diferentes segmentos da cadeia produtiva do milho, em reunião realizada em São Paulo (SP), quando foi detalhada a política a ser adotada em 1996 pelo Governo para a desova dos estoques de milho. Além do novo PLE foi divulgada a mudança da praça de referência e a estratégia de vendas em leilões, em volumes fracionados e pulverizados espacialmente, visando facilitar o acesso ao maior número possível de compradores.

Os fatores fundamentais do mercado permitem prever para a safra 1996/97, em caráter preliminar, aumento da área plantada na Região Centro-Sul como um todo. Entre os fatores favoráveis destacam-se: a) os preços recebidos na safra 1995/96; b) as perspectivas de bons preços na próxima colheita; c) o limite por mutuário de R\$150.000,00 de crédito para custeio da lavoura de milho; d) a redução da taxa de juros do crédito rural; e) a redução do custo do PROAGRO; f) a previsão de elevados preços no mercado externo em 1996/97; g) a perspectiva de baixo nível do estoque inicial de milho no mercado interno em março de 1977.

As variações da área no plantio de milho no verão nas regiões produtoras de soja dependerão, em parte, do início da estação chuvosa. Em termos gerais, a cultura da soja, com previsão de excelentes preços na próxima colheita, deverá apresentar um significativo aumento da área de cultivo, deslocando a cultura do milho. Esta substituição será tanto mais significativa quanto maior for o atraso do início da estação chuvosa, fato que torna mais arriscado o cultivo de milho no verão (pela ocorrência de veranico) em muitas regiões produtoras do Centro-Sul. Nesta situação e nas regiões onde predomina o cultivo de milho safrinha, o produtor deverá programar sua área disponível plantando

mais soja precoce e menos milho no verão.

Se não houver atraso do plantio de soja, pode-se esperar uma significativa expansão da área de milho safrinha no Paraná, em São Paulo e nos Estados do Centro-Oeste. Portanto, nas regiões maiores produtoras de milho safrinha pode-se prever, em condições normais de época de plantio, manutenção ou pequena redução da área do cereal no verão e expressivo aumento do plantio na safrinha. Nas demais regiões destes Estados e do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, prevê-se aumento da área de milho no verão, tendo em vista a cultura da soja não se constituir, nestes locais, em forte competidora em recursos produtivos com a do milho.

Outro fator que pode favorecer a expansão da cultura do milho na competição com a soja é a necessidade de rotação forçada (não programada) da área desta leguminosa em lavouras com ocorrência de nematóide-do-cisto ou cancro-da-haste, tendo em vista a gravidade dos prejuízos acarretados por estas doenças. Estima-se em cerca de um milhão de hectares a área de soja no Brasil afetada pelo nematóide, cujo controle a curto prazo somente é possível com a rotação de cultura, realizada principalmente com o milho. No caso do cancro a disseminação geográfica é mais ampla, mas o controle já vem sendo feito com plantio de variedades resistentes de soja, combinado com rotação de cultura.

Um fato novo que deve ser considerado, em termos dos seus efeitos na competição de área entre as culturas de soja e milho na safra de verão 1996/97, é o projeto de lei que isenta do pagamento do ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados e que está em processo de votação no Congresso Nacional. Embora essa medida favoreça também a exportação de milho em grãos, acredita-se que o efeito líquido seja pela maior competitividade da soja em relação ao milho, com aumentos maiores da área da oleaginosa em detrimento da área do cereal no próximo plantio de verão.

4.5 - Soja

A produção mundial das dez principais oleaginosas em 1995/96 apresentou decréscimo de 2,2% em relação a 1994/95, situando-se em 253 milhões de toneladas, abaixo do consumo previsto de 258,1 milhões de toneladas, que

apresentou crescimento de 3,2%. Apesar dos elevados estoques de passagem ao final do ano comercial 1994/95, a oferta global de oleaginosas em 1995/96 superou em apenas 1,0 milhão de toneladas a da temporada anterior, resultando em decréscimo da ordem de 14%, nos estoques de passagem ao final da temporada 1995/96, estimado em 31 milhões de toneladas (Tabela 39).

TABELA 39 - Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1994/95 a 1996/97

(em milhão de t)

Item	1994/95	1995/96	1996/97 ¹
Estoque inicial	27,4	36,0	31,0
Produção mundial	258,8	253,0	257,7
Oferta total	286,2	289,0	288,7
Consumo total	250,1	258,1	261,0
Estoque final	36,0	31,0	27,7

¹Previsão.

Fonte: Oil World Weekly, n.27, v.29.

A redução da produção mundial de oleaginosas teve como causa principal a queda de 9,5% da produção mundial de soja, provocada por problemas climáticos nos principais países produtores, particularmente nos Estados Unidos. O fator clima foi, portanto, responsável pela redução da participação da soja no volume global de oleaginosas de 52,5% em 1994/95 para 48,6% em 1995/96, totalizando 123 milhões de toneladas.

Apesar da significativa queda nos estoques mundiais ao início da temporada 1996/97, o incremento esperado de cerca de 1,9% na produção mundial nesse ano comercial deverá resultar numa oferta global de 288,7 milhões de toneladas, volume apenas equivalente ao obtido em 1995/96. Deve-se ressaltar, contudo, que pelo segundo ano consecutivo a produção mundial de oleaginosas (257,7 milhões de toneladas) deverá situar-se abaixo do consumo previsto para o ano comercial que, em 1996/97, deverá atingir 261,0 milhões de toneladas, cerca de 1,1% maior que o de 1995/96. Isso se deve, por um lado, à perspectiva de quedas nas produções de girassol, canola e algodão em importantes países produtores, determinadas por

clima desfavorável ao plantio além de uma maior preferência pelo plantio de oleaginosas de alto teor protéico, o que deverá contrabalançar o aumento da ordem de 8,0% previsto na produção mundial de soja, em função da recuperação da produção americana em 1995/96. Por outro lado, deve-se à expectativa de crescimento continuado na renda mundial estimado para 1996 em 4,1%, contra 3,7% em 1995, aliado ao crescimento de 1,5% da população em 1996 e ao aumento de renda proporcionalmente maior na Ásia Oriental (China, particularmente) que, juntos, deverão dar sustentação à demanda por farelos protéicos e, em menor escala, por óleos vegetais, contribuindo, assim, para o crescimento da demanda mundial de oleaginosas.

Em consequência, os estoques mundiais das dez principais oleaginosas deverão, ao final da temporada 1996/97, apresentar novo decréscimo, de cerca de 10,5%, situando-se em 27,7 milhões de toneladas, o mais baixo volume dos últimos três anos. Este fato tem contribuído em larga medida para a manutenção da tendência de alta nas cotações das oleaginosas em geral e da soja em grão, em particular, na Bolsa de Chicago nos últimos dez meses, atingindo picos mais acentuados de preços nos períodos em que a incerteza quanto à adequação climática ao plantio e ao desenvolvimento das lavouras se fazia sentir mais fortemente. Nesse contexto, a normalidade climática nos Estados Unidos, que vem se verificando em setembro, quando costumemente aumentam os riscos de geadas precoces, se mostra essencial para conter uma nova escalada altista nas cotações internacionais do grão.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) a produtividade média das lavouras estadunidenses está prevista em 2.468kg/ha, 5,2% maior que a obtida em 1995/96, porém 11,4% inferior à de 1994/95, conforme relatório de julho de 1996. Esse bom desempenho está associado à melhora do clima, em função da regularização das chuvas que provocaram, inicialmente, atraso no plantio não só da oleaginosa como também de cereais como o trigo e o milho. Com esse nível de rendimento, a produção estadunidense deverá situar-se em 63,0 milhões de toneladas em 1996/97 contra as 58,6 milhões de toneladas obtidas em 1995/96, uma vez que a área efetivamente colhida está sendo prevista em 25,5 milhões de hectares (+24,0%) em comparação com os 24,9 milhões de hectares colhidos na safra anterior. A área

plantada, contudo, apresentou acréscimo menor, de 2,3% em relação a do ano passado, mas 2,8% superior à intenção inicial de plantio divulgada em março de 1996, já que o atraso na semeadura do milho, em função do excesso de chuvas, acabou por provocar a transferência de áreas do cereal para a soja, cuja recomendação técnica para plantio naquele país se estende por um período maior que para os cereais.

Apesar do maior volume a ser colhido nos Estados Unidos que, provavelmente, ainda será revisado para cima nos próximos levantamentos de safras do USDA, dado que o término da estiagem e o retorno de chuvas mais regulares no período de desenvolvimento do grão deverá elevar a produtividade média estimada para essa safra, a expectativa é de que os estoques americanos se mantenham ajustados em torno de 5,0 milhões de toneladas, praticamente, o mesmo nível de 1995 (4,9 milhões de toneladas). Isso se deve ao aumento previsto no processamento decorrente do firme consumo interno de subprodutos e, também, pela manutenção das exportações do grão em nível pouco inferior ao de 1995/96, 22,7 milhões de toneladas contra 22,4 milhões de toneladas.

Diante desse quadro, o USDA está projetando um preço médio de US\$7,15/bushel a ser recebido pelo produtor americano em 1996/97, superior aos US\$6,80/bushel de 1995/96.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção brasileira de soja em 1995/96 alcançou 23,2 milhões de toneladas, 10,6% a menos que a obtida em 1994/95, a menor dos últimos três anos. Esse desempenho pouco satisfatório foi o resultado da retração da área de plantio em 8,7% em 1995/96, que se situou em 10,7 milhões de hectares e da queda de 2,1% na produtividade média das lavouras, que atingiu 2.175kg/ha (Tabela 40).

A menor oferta interna do grão na safra 1995/96, aliada à escalada altista das cotações internacionais a partir da constatação da quebra efetiva da produção estadunidense de soja, contribuiu, em larga medida, para acentuar o quadro de escassez relativa do grão ao final da temporada comercial brasileira 1995/96, levando a uma melhora na remuneração dos produtores brasileiros. No primeiro semestre de 1996, em média e conforme a região, os preços recebidos pelos produtores apresentaram ganhos significativos em termos reais, variando de 23,5% a

27,8%, quando comparados com a média daqueles vigentes no primeiro semestre de 1995 (Tabela 41).

A evolução altista dos preços externos e internos fez com que os produtores comercializassem mais rapidamente a safra brasileira 1995/96, perfazendo um volume negociado de 50% até meados de abril, contra um percentual de 40% em igual período de 1994/95. Esse comportamento pode ser explicado, ainda, pelo elevado grau de endividamento dos produtores que, descapitalizados face ao fraco desempenho econômico da safra 1994/95, procuraram assim saldar compromissos anteriores e, também pela postura mais agressiva dos compradores já no início da temporada comercial 1995/96, ditada pelo reconhecimento de que uma safra mais curta *vis-à-vis* o desempenho crescente dos preços externos, poderia dificultar as negociações nos meses posteriores à colheita.

Conseqüentemente, a possível pressão baixista sobre os preços internos advinda da intensificação da colheita nos meses de abril e maio ficou bastante atenuada, o que tem contribuído para uma comercialização considerada satisfatória pelos produtores.

Deve-se salientar, contudo, que as cotações internas a partir de junho de 1996 sofreram um pequeno recuo, acompanhando a tendência externa, em conseqüência da divulgação da estimativa de recuperação da safra estadunidense em 1996/97, para o nível de 63,0 milhões de toneladas, e com possibilidade de se concretizar em patamar um pouco mais elevado, dependendo do desenvolvimento climático nos próximos dois a três meses. Com isso, os produtores brasileiros, mais descapitalizados ou com dívidas a vencer, voltaram mais intensamente ao mercado, resultando no fato de que o fechamento de negócios atingiu 85% do volume total da safra até o final de julho, contra cerca de 77% em igual período do ano anterior. Isso deverá dificultar ainda mais o suprimento interno do grão e aumentar a disputa pelo produto entre indústrias e exportadores no segundo semestre de 1996.

Dado o desempenho da safra brasileira de soja e de acordo com estimativa de julho da CONAB, estima-se uma queda de 6,6% na disponibilidade interna do grão no ano comercial 1995/96, março de 1996 a fevereiro de 1997, atingindo 26,3 milhões de toneladas, já considerada a importação de um milhão de toneladas necessária para a operacionalização das indús-

TABELA 40 - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Soja, Brasil, 1993/94 a 1995/96

Estado	1993/94			1994/95		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Maranhão	62,8	138,2	2.200,6	91,7	169,6	1.849,5
Bahia/Sul	434,0	868,0	2.000,0	470,6	1.073,0	2.280,1
Paraná	2.110,0	5.327,8	2.525,0	2.120,6	5.534,8	2.610,0
Santa Catarina	278,0	556,0	2.000,0	222,4	484,8	2.179,9
Rio Grande do Sul	3.162,0	5.691,6	1.800,0	3.015,0	6.150,6	2.040,0
Minas Gerais	600,0	1.234,2	2.057,0	600,0	1.188,0	1.980,0
São Paulo	575,0	1.265,2	2.200,3	563,6	1.177,9	2.090,0
Mato Grosso	1.996,0	4.970,0	2.490,0	2.295,4	5.440,1	2.370,0
Mato Grosso do Sul	1.109,0	2.439,8	2.200,0	1.097,9	2.426,4	2.210,0
Goiás	1.090,0	2.387,1	2.190,0	1.122,7	2.133,1	1.900,0
Distrito Federal	49,3	110,1	2.233,3	43,8	85,1	1.942,9
Total	11.466,1	24.988,0	2.179,3	11.643,7	25.863,4	2.221,2

Estado	1995/96	
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)
Maranhão	89,1	199,8
Bahia/Sul	433,0	699,3
Paraná	2.311,5	6.241,1
Santa Catarina	222,4	489,3
Rio Grande do Sul	2.804,0	4.402,3
Minas Gerais	528,0	1.040,2
São Paulo	563,6	1.234,3
Mato Grosso	1.905,2	4.686,8
Mato Grosso do Sul	845,4	2.045,9
Goiás	808,4	2.046,2
Distrito Federal	34,7	67,5
Total	10.545,3	23.152,7

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 41 - Preços Médios de Soja Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1991-96
(R\$/sc.60kg)¹

Mês	1991	1992	1993	1994	1995	1996 ¹
Jan.	13,77	17,02	17,22	15,93	12,88	14,30
Fev.	14,24	15,80	15,48	15,00	12,60	13,70
Mar.	13,79	15,60	13,86	13,70	10,19	12,73
Abr.	13,79	14,66	13,24	12,76	10,08	13,19
Mai	13,89	14,77	13,11	13,33	9,92	14,29
Jun.	13,47	15,41	13,10	14,04	9,79	13,15
Jul.	12,50	15,31	16,48	14,71	9,97	13,31
Ago.	13,53	16,05	16,62	13,74	11,13	...
Set.	14,90	17,58	14,98	13,44	11,28	...
Out.	17,29	16,57	15,22	13,35	11,81	...
Nov.	14,63	16,89	16,18	13,27	12,84	...
Dez.	14,49	16,61	16,39	13,15	13,38	...

¹Em R\$ de julho de 1996. Deflator: IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Informações Econômicas, SP, v.26, n.8, ago. 1996.

trias no período de entressafra e para o cumprimento dos compromissos de exportação. O esmagamento deverá alcançar 19,4 milhões de toneladas, produzindo 15,3 milhões de toneladas de farelo e 3,7 milhões de toneladas de óleo, registrando decréscimo de 10,12% em ambos os produtos, em relação a 1995/96 (Tabela 42).

TABELA 42 - Estimativa de Oferta e Demanda de Soja em Grão, Brasil, 1993/94 a 1995/96

(em 1.000t)

Item ¹	1993/94	1994/95 ²	1995/96 ³
1 - Estoque inicial	1.287,9	1.400,7	1.079,8
2 - Produção	25.059,5	25.934,1	23.189,7
3 - Importação	881,5	801,6	1.000,0
4 - Suprimento (1+2+3)	27.228,5	28.136,4	26.269,5
5 - Esmagamento	18.736,0	21.599,0	19.400,0
6 - Sementes/outros	1.730,1	1.938,0	1.800,5
7 - Consumo (5+6)	20.466,1	23.537,0	21.200,5
8 - Excedente (4-7)	6.762,4	4.599,4	5.069,0
9 - Exportação	5.361,7	3.519,6	3.200,0
10 - Estoque final (8-9)	1.400,7	1.079,8	869,0

¹A data-base referente ao estoque inicial é 01/03 de cada ano.

²Dados preliminares.

³Dados projetados.

Fonte: CONAB, SECEX e ABIOVE.

As exportações de soja em grão em 1995/96 estão sendo previstas em 3,2 milhões de toneladas, 9,1% inferiores as da temporada 1994/95. As de farelo e óleo de soja deverão alcançar 10,5 milhões de toneladas e 1,3 milhão de toneladas, ficando 10,6% e 25,0% abaixo das registradas em 1994/95, respectivamente.

O consumo interno de farelo de soja em 1995/96 deverá totalizar 5,1 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 2,0% em relação a 1994/95, em decorrência da expansão prevista nas atividades criatórias, especificamente da avicultura que, apesar de enfrentar custos de produção crescentes (em função do encarecimento do milho e do farelo de soja), deverá apresentar um crescimento na produção em 1996 entre 3,0% e 5,0%. O consumo interno de óleo de soja não deverá sofrer alterações, estando estimado em 2,6 milhões de toneladas.

O estoque final de soja em grãos em 28/02/97 deverá sofrer redução de 19,5%, enquanto o de óleo de soja, crescimento de 12,6%, em relação ao volume existente em igual data do ano anterior. Para o farelo, o estoque final deverá totalizar 450 mil toneladas, com redução de 34,1% quando comparado ao de 29/02/96, o que poderá propiciar uma situação de maior aperto aos criadores no período de entressafra do grão.

A conjuntura favorável de preços externos e internos para a soja deverá atuar como o principal determinante da expansão da área de cultivo dessa oleaginosa em 1996/97, propiciando, em caráter preliminar, uma expectativa de recuperação dos níveis de plantio da safra 1994/95 (+9,0%). Isso porque a política dirigida ao produto não trouxe impactos determinantes sobre a atividade, já que o limite de financiamento de R\$30.000,00/produtor deverá beneficiar apenas os pequenos produtores e a taxa de juros de 12% ao ano ainda é considerada alta pelo setor.

O Governo, contudo, manteve a soja na pauta dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos apenas para permitir a contratação de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV). Foi estabelecido para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto Mato Grosso) um preço de R\$8,88/saco de 60kg; para o Mato Grosso, Pará, Tocantins e Nordeste, R\$8,47/saco de 60kg e para o Acre e Rondônia, R\$7,98/saco de 60kg. Esses valores representam um reajuste de 9,0% sobre os preços vigentes na safra passada e deverão vigorar a partir de fevereiro de 1997. A tendência altista das cotações do grão deverá perdurar até a próxima safra, não só devido à influência dos preços externos mas, principalmente, pela redução prevista na disponibilidade interna do produto no período de entressafra (dezembro-janeiro), de forma que os preços mínimos poderão ter pouca influência no balizamento do comportamento dos preços internos no período de colheita da futura safra, mesmo nos estados mais afastados dos centros consumidores (indústrias moageiras e exportadores).

O custo operacional total (COT) para a safra 1996/97, estimado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), em R\$330,57/ha ou R\$8,26/saco para a Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Barretos, para uma produtividade de 40 sacos/ha, é coberto integralmente pelo preço esperado no mercado (R\$12,00), o mesmo ocorrendo com o produto cultivado na DIRA do

Vale do Paranapanema, onde o COT para uma produtividade também de 40 sacos/ha deverá atingir R\$323,64/ha ou R\$8,09/saco (Tabelas 43 e 44).

Deve-se salientar que a área de plantio de soja no Estado de São Paulo, a exemplo do que deverá ocorrer em nível de Brasil, sofrerá disputa com o milho, principalmente dada a boa *performance* de preços esperada para esse produto. Entretanto, a expectativa é de que ocorra uma expansão na área de cultivo com a oleaginosa de até 5% em relação à safra passada, o que, juntamente com a boa produtividade esperada, dado o maior uso de tecnologia agri-

cola, induzido pela maior capitalização dos produtores, poderá elevar a produção paulista para cerca de 1,3 milhão de toneladas.

O projeto de lei que isenta a cobrança do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados propiciará maior competitividade à soja em grão e seus derivados no mercado internacional, mas também vai acarretar altas no mercado interno de matérias-primas como o farelo de soja e o milho em grão para rações. A isenção fiscal vai ser mais um fator de estímulo para a expansão da área de plantio, além da perspectiva de bons preços nos mercados interno e externo.

TABELA 43 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 40sc., DIRA de Barretos, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	19,02	0,48	18,77	0,47	5,75
Sementes/mudas	39,60	0,99	39,09	0,98	11,98
Adubos e corretivos	88,36	2,21	87,22	2,18	26,73
Defensivos	17,59	0,44	17,36	0,43	5,32
Operação de máquinas	81,77	2,04	80,71	2,02	24,74
Empreita	16,00	0,40	15,79	0,39	4,84
Custo operacional efetivo	262,34	6,56	258,95	6,47	79,36
Depreciação de máquinas	29,73	0,74	29,35	0,73	8,99
Encargos sociais diretos ²	6,28	0,16	6,20	0,16	1,90
CESSR ³	10,56	0,26	10,42	0,26	3,19
Seguro ⁴	8,18	0,20	8,07	0,20	2,47
Encargos financeiros ⁵	8,24	0,21	8,13	0,20	2,49
Outras despesas	5,25	0,13	5,18	0,13	1,59
Custo operacional total	330,58	8,26	326,31	8,16	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00=R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 3,9% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 44. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Soja, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 40sc., Vale do Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Item	R\$		US\$ ¹		Participação percentual
	Por hectare	Por saca	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	24,27	0,61	23,96	0,60	7,50
Sementes/mudas	44,00	1,10	43,43	1,09	13,60
Adubos e corretivos	66,65	1,67	65,79	1,64	20,59
Defensivos	25,13	0,63	24,81	0,62	7,76
Operação de máquinas	79,51	1,99	78,48	1,96	24,57
Empreita	16,00	0,40	15,79	0,39	4,94
Custo operacional efetivo	255,56	6,39	252,26	6,31	78,96
Depreciação de máquinas	28,41	0,71	28,04	0,70	8,78
Encargos sociais diretos ²	8,01	0,20	7,91	0,20	2,48
CESSR ³	10,56	0,26	10,42	0,26	3,26
Seguro ⁴	7,97	0,20	7,87	0,20	2,46
Encargos financeiros ⁵	8,02	0,20	7,92	0,20	2,48
Outras despesas	5,11	0,13	5,04	0,13	1,58
Custo operacional total	323,64	8,09	319,46	7,99	100,00

¹Cotação média do dólar comercial de agosto de 1996 (US\$1,00=R\$1,0131).

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,2% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se à 3,9% sobre 80% do COE.

⁵Taxa de juros de 12% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.